

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**JAILTON SANTOS SILVA**

**TRABALHO DOCENTE: A CONDIÇÃO DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS NA  
UNIVERSIDADE**

**São Borja  
2021**

**JAILTON SANTOS SILVA**

**TRABALHO DOCENTE: A CONDIÇÃO DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS NA  
UNIVERSIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientadora: Dra. Yáscara Michele Neves Koga Guindani.

**São Borja  
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

S586t Silva, Jailton Santos

Trabalho docente: a condição dos professores  
substitutos na universidade / Jailton Santos Silva.  
96 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS HUMANAS, 2021.  
"Orientação: Dra. Yáscara Michele Neves Koga  
Guindani".

1. Docente substituto. 2. Precarização do trabalho.  
3. Ensino superior. I. Título.

**JAILTON SANTOS SILVA**

**TRABALHO DOCENTE: A CONDIÇÃO DOS PROFESSORES SUBSTITUTOS NA  
UNIVERSIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 07 de outubro de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Yáscara Michele Neves Koga

Orientadora

UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Márcio Gius Trevisol

UNOESC

---

Prof. Dr. Evandro Ricardo Guindani

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **EVANDRO RICARDO GUINDANI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/10/2021, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **YASCARA MICHELE NEVES KOGA GUINDANI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/10/2021, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Marcio Giusti Trevisol, Usuário Externo**, em 25/10/2021, às 10:09, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0634365** e o código CRC **036733D4**.

[https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento\\_imprimir\\_web&acao\\_origem=arvore\\_visualizar&id\\_documento=699530&infra\\_...](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=699530&infra_...)

Dedico este trabalho a minha mãe Lélia Maria dos Santos, ao meu pai Hermes Felix da Silva, a meus/minhas irmãos (ãs) e a companheira Lisliê Trindade Algayer, pois, foram pessoas que contribuíram para conclusão do meu curso.

## AGRADECIMENTO

Hoje, chega-se a mais um fim algo que iniciei e escolhi durante a juventude. Sabe-se que na vida tudo tem início, meio e fim, dando assim, espaço para se iniciar um novo ciclo. Abdi quei de muitas coisas, das quais não me arrependo, para chegar até aqui. Bem como sei de todas as dificuldades que passei para concluir essa jornada.

Agradeço a Olorum, Oxalá, à Natureza por ter me concedido força e coragem para chegar ao final dessa trajetória e por esta conquista. Por ter me feito acreditar que tudo na vida é possível de acontecer e, que só depende da força que existe dentro de nós.

À minha família, à minha mãe Lélia Maria Dos Santos, a meu pai Hermes Felix da Silva, minhas irmãs e irmãos, pela força e amizade incondicional que demonstraram incentivo na busca de meus objetivos. Mesmo sabendo que meus pais não estão mais aqui, compreendo que junto à Natureza eles torceram por mim e acreditaram que esse é mais um passo para muitas vitórias.

Meu muito obrigado em especial a companheira Lisliê Trindade Algayer, pessoa, pela qual devo muito, pois acreditou e me fez acreditar que esse momento seria possível. Obrigado por sempre estar ao meu lado e por fazer parte de meu percurso acadêmico.

Sou grato pelos poucos 'amigos' que tenho e, que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação.

Agradeço a meu cachorro Lucky, por fazer parte de minha caminhada acadêmica, pelas vezes que digitou várias letras em meu TCC e chamar minha atenção para brincar com ele, sendo meu fiel amigo nesse processo.

Agradeço a professora Dra. Monique Soares Vieira, pelo apoio, ensinamentos e dedicação de suas horas para construção de meus saberes.

Agradeço aos (as) professores (as) Dra. Nola Patrícia Gamalho, Dra. Andrea Becker Narvaes, Dra. Carmen Regina Dorneles Nogueira, Dr. Sérgio Ricardo Silva Gacki e ao doutorando Anderson Romário Pereira Correa, pelo apoio, ensinamentos cuja dedicação e confiança foram essenciais para conclusão deste trabalho.

Agradeço a minha orientadora Dra. Yáscara Guindani, pelos ensinamentos, orientações, por acreditar e aceitar esse desafio de conhecer a realidade do docente substituto e por todas as horas dedicadas para construção deste trabalho. Sua

compreensão e ensinamento foi de suma importância nesse processo de construção de conhecimento.

Agradeço ao professor Dr. Evandro Guindani, por ter me proporcionado conhecer teorias filosóficas que levarei para minha ascensão profissional e para sala de aula, como ferramenta de combate ao ódio, ao preconceito, tornando assim um ensino democrático e humanizador.

Agradeço a banca examinadora, pelo apoio e contribuições que enriquecem minha pesquisa. À Universidade Federal do Pampa por ter me recebido de portas abertas e por todo conhecimento que aprendi, pela oportunidade de me tornar um profissional da educação com os melhores professores/as e com um ensino de qualidade. Agradeço também à equipe administrativa, o pessoal do Núcleo de Desenvolvimento Educacional, o PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência e ao Programa de Residência Pedagógica, os dois últimos da instituição CAPES.

Agradeço a família de minha companheira pelo apoio e amizade incondicional e por contribuírem na minha formação.

Agradeço a Hermógenes Filho e a Alex Freire dos Santos, pelo incentivo e contribuição na minha trajetória acadêmica.

Aos docentes substitutos (as) que me apoiaram no início da pesquisa e que me incentivaram a continuar lutando, como nós sabemos, não é fácil ser educador/a, mas, apesar do processo árduo compensa os resultados posteriores.

“Ao criticar enfaticamente a interferência política na esfera social, econômica e cultural, o neoliberalismo questiona a própria noção de direito e a concepção de igualdade [...]”.

Pablo Gentili

## RESUMO

Compreende-se que o trabalho docente no Brasil não é uma missão fácil, ainda mais para aqueles que trabalham sob contrato temporário. O objetivo geral da pesquisa é desvendar as interfaces da precarização do trabalho e seus impactos nas relações e condições de trabalho dos/a docentes temporários nas universidades federais brasileira, com vistas a elucidar os aspectos geradores da desigualdade salarial e da não participação na execução de projetos de pesquisa e extensão. A metodologia consiste em um estudo bibliográfico e análise documental de cunho qualitativo na qual se obteve os dados, com finalidade de entender através do referencial teórico como a precarização do ensino superior atinge diretamente o professor substituto dentro da universidade. A pesquisa justifica-se pelo fato da existência de poucos estudos sobre a desvalorização do docente substituto dentro das universidades federais. Nesse sentido, o/a professor/a substituto/a passa a ser alvo da política neoliberal, da flexibilização do trabalho, condições precárias para sustento do setor econômico, bem como balizar a educação e inserir esse profissional numa lógica mercadológica, de produtivismo e sucateamento. Os resultados da pesquisa revelam que o profissional substituto do Magistério Superior possui condições de trabalho distinta do educador efetivo, como carga-horária dedicada exclusivamente para o ensino; remuneração inferior, ausência de plano de saúde e de carreira, nota-se a presença clara das condições precarizadas do trabalho docente temporário dentro das IES.

**Palavras-Chave:** Docente substituto. Precarização do trabalho. Ensino superior.

## RESUMEN

Se entiende que el trabajo docente en Brasil no es una misión fácil, sobre todo para los que trabajan con contrato temporal. El objetivo general de la investigación es desvelar las interfases de la precariedad laboral y sus impactos en las relaciones y condiciones de trabajo de los profesores interinos de las universidades federales brasileñas, para dilucidar los aspectos que generan la desigualdad salarial y la no participación en la ejecución de proyectos de investigación y extensión. La metodología consiste en un estudio bibliográfico y un análisis documental de carácter cualitativo en el que se obtuvieron datos, para comprender a través del marco teórico cómo la precariedad de la educación superior afecta directamente al profesor sustituto dentro de la universidad. La investigación se justifica por el hecho de que hay pocos estudios sobre la desvalorización del profesor sustituto en las universidades federales. En este sentido, el profesor sustituto se convierte en el objetivo de la política neoliberal, de la flexibilización del trabajo, de la precarización de las condiciones de apoyo al sector económico, así como de la educación e insertar a este profesional en una lógica de mercado, de productivismo y desguace. Los resultados de la investigación revelan que el profesional sustituto del Profesorado Superior tiene condiciones de trabajo diferentes a las del educador efectivo, tales como la carga de trabajo dedicada exclusivamente a la docencia; remuneración inferior, ausencia de planes de salud y carrera, se nota la clara presencia de condiciones precarias de trabajo docente temporal dentro de las IES.

**Palabras clave:** Profesor sustituto. Precariedad del trabajo. Educación superior.

## LISTA DE ABREVIATURAS

nº. – número

p. – página

art. – artigo

## LISTA DE SIGLAS

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES – Instituição de Ensino Superior

IFE – Instituições Federais de Ensino

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial da Saúde

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

RT – Retribuição por Titulação

SARS-COV-2 - Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2

SESU/MEC – Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação

SETEC – Educação Profissional e Tecnológica

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UnB – Universidade de Brasília

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO.....</b>	<b>16</b>
2.1 O modelo econômico neoliberal e a educação.....	16
2.2 Ensino Superior no Brasil, Neoliberalismo e seus resultados na Educação .....	24
2.3 O modelo neoliberal e o mundo do trabalho .....	25
<b>3 O NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....</b>	<b>31</b>
3.1 O saber docente e sua formação .....	31
3.2 O trabalho docente.....	34
3.3 A precarização do trabalho docente no ensino superior.....	37
3.4 O professor substituto como expressão mais explícita da precarização ....	46
<b>4 METODOLOGIA .....</b>	<b>59</b>
4.1 Processo metodológico da pesquisa .....	59
4.2 Tipo de Pesquisa.....	60
4.3 O Processo da Pesquisa.....	61
4.4 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados .....	64
4.5 Universo e Amostragem .....	64
4.6 Análise de Dados .....	68
4.7 Cuidados Éticos e Socialização dos Dados.....	70
<b>5 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>73</b>
5.1 A política de contratação de pessoal do MEC em 2020 e seus desdobramentos .....	73
5.2 Os marcos legais que asseguram a contratação dos docentes substitutos .....	76
5.3 As normativas do MEC; contratação de substituto sob a égide da Lei 8.745 de 1993, bem como sua remuneração.....	79
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o trabalho docente imerge de forma vertiginosa na política neoliberal, por isso, busca-se discutir a realidade dos professores substitutos na instituição de ensino superior no Brasil, com foco na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, região Sul do país. Este texto buscou compreender os aspectos da desvalorização do professor substituto nas instituições, com vista para o entendimento da precarização do trabalho e seus efeitos na sociedade contemporânea.

Como tema atual e importante para o entendimento de todos, pretende-se trazer a realidade vivida pelos/as educadores/as substitutos/as nas instituições de ensino superior federal. Investigando, também, a precarização do trabalho e a desvalorização desses/as professores/as substitutos/as em sua carreira docente pela falta de concurso público para professor/a efetivo/a. Onde, de acordo com a Lei 8.745/93, propõe que a contratação de professores substitutos, precisa acontecer por um determinado tempo, sendo de interesse maior, atender às necessidades públicas temporárias.

É visível que o número de contratação de professores substitutos vem aumentando simultaneamente no Brasil. Isso ocorre, principalmente devido ao descaso com que os representantes tratam a educação pública brasileira, percebe-se que os governantes não criam políticas públicas que incentive a valorização do ensino superior, sendo assim, eles não investem na educação tampouco fazem a liberação de verbas para realização de concursos públicos para contratação de professores efetivos.

O motivo pelo qual levou o estudo da temática, iniciou-se no ano de 2017, ao observar de forma empírica o ingresso de diversos docentes sob contrato temporário na instituição de ensino superior. Sob esse viés, buscou-se entender as relações de trabalho com os colegas efetivos dentre do espaço acadêmico, com finalidade em trazer os reptos encontrados por esses profissionais do magistério superior nas universidades federais, bem como pontos positivos na carreira desses educadores/as. Sobretudo, escolheu-se averiguar com mais profundidade a questão do profissional substituto na instituição superior; condições precárias de trabalho; sucateamento da educação e desvalorização que esses educadores enfrentam.

Portanto, o objetivo da pesquisa é analisar como se dá o processo de precarização docente entre os professores substitutos das universidades federais. Ainda, acredita-se que a socialização e a publicação das informações são de suma importância para sociedade, podendo assim, trazer soluções para problemas que estão presentes nos setores econômicos.

Nesse sentido, busca-se apresentar os desafios enfrentados pelos docentes substitutos dentro das Instituições de Ensino Superior no Brasil, sobretudo, enfatizando a importância da contribuição do educador para com a sociedade, merecendo o respeito das autoridades e o valor de todos.

Dessa forma, para atender os objetivos da pesquisa, utilizou-se como técnica metodológica a pesquisa bibliográfica e análise documental, a primeira, para Gil (2008), é aquela realizada em materiais já elaborados como livros, artigos, teses, dissertações. Tendo como vantagem possibilitar ao pesquisador uma gama de fontes impressas ou on-line para realização de trabalho ou pesquisas. Já a análise documental, é aquela realizada em documentos retrospectivos ou contemporâneos de diversos tipos, oportunizando o pesquisador a apreender, compreender e analisar informações e converter em fontes científicas.

Nesse aspecto, escolheu-se a pesquisa qualitativa uma vez que esta busca entender os acontecimentos humanos, levando um detalhamento complexo por meio da análise científica que ajuda o investigador. Compreende-se, portanto, que este tipo pesquisa se torna importante porque se preocupa com os fenômenos e transformações sociais.

Desta forma, este trabalho segue estruturado em quatro (4) capítulos, sendo: dois (2) capítulos teóricos, sobre o neoliberalismo e a educação; e o neoliberalismo e a precarização do trabalho docente; um (1) contendo a metodologia e; um (1) com apresentação da pesquisa e análise dos dados, por conseguinte, as considerações finais.

## 2 O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO

A sociedade contemporânea trouxe consigo novos desafios que cercam as relações de trabalho, são alterações que ocorreram devido as exigências da política neoliberal, transformações que se insere no modelo econômico como forma de driblar a educação para inserir o sujeito num mercado de trabalho frágil e sem reflexão de tais modificações, inseridos assim, numa lógica produtivista, de sucateamento, privatizações e desmonte da educação pública.

### 2.1 O modelo econômico neoliberal e a educação

O processo de industrialização culminou nas alterações das relações capitalistas no modo de produção, trazendo consigo, aproximadamente, no século XIX, tais transformações como: sociais, políticas e econômicas, os avanços foram tão fortes que marcaram as relações de sobrevivência da humanidade. De tal ponto que, hoje essas mudanças podem ser notadas na divisão do trabalho. Segundo Vieira e Maciel (2011), essas mudanças contribuíram para o alto nível de desemprego, que exigia e exige cada vez mais qualificação dos/as trabalhadores/as, para que as demandas do mercado de trabalho sejam atendidas da melhor forma.

Não se pode falar nessas mudanças e divisão do trabalho, sem deixar de mencionar as reformas neoliberais, principalmente na década 1990, na conjuntura da globalização com a lógica política que diluem entre o público e o privado. A finalidade da reforma neoliberal, de acordo com Gentili (1996), é que a sociedade seja competitiva, sejam melhores em tudo, isto significa, ser melhor. 'Eles não gostam de adversários', então não se pode colocar no plural, porque apenas um têm de ser o 'melhor', algo que só acontece em filmes de *Hollywood*. Onde, o mercado educacional é privatizado e muitos vendem sua força de trabalho por bem pouco e sem questionamento crítico, sem reflexão. Vale ressaltar, que esse sistema ocasionará mais impacto na vida dos mais pobres, beneficiando somente aqueles que fazem parte e defendem o sistema capitalista.

Conforme a sociedade avança, os modos de trabalhos também acompanham esses avanços, onde uma pequena parcela do estrato social possui o poder dos

meios de produções. Desencadeando assim, um novo modelo educacional, que por conseguinte era afastado dos modos de trabalho. Saviani (2015), explica se antes,

[...] no comunismo primitivo, a educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. E é aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar que tinham acesso as classes ociosas. A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a educação escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria era o próprio trabalho: o povo se educava no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a. (SAVIANI, 2015, p. 02, *apud* BORGES e ANJOS, 2018, p. 86).

Observa-se como a educação é dividida na sociedade, por mais que exista uma idealização de escola universal, apenas uma parcela tem direito ao ensino de qualidade voltado para construção do intelecto, parcela esta, consideradas como ociosas. Entende-se que a maioria da população que tem acesso ao sistema educacional, principalmente, o ensino público, é, de fato, voltada para formar mão-de-obra barata e que sirva ao trabalho produtivo. Sem ser visto com capacidade para refletir de modo crítico na sociedade da qual faz parte.

Nesse contexto, a educação está voltada para a classe dominante, onde, a educação para as classes dominadas ainda existe. Cuja a primeira (serve para o domínio das classes inferiores), enquanto a segunda classe está voltada para os modos de produções, o que se significa (vender sua força de trabalho por um valor inferior).

Essa dualidade entre uma educação para os ricos e para os pobres, são questões que vêm sendo debatidas a respeito do processo educativo no âmbito do trabalho. Borges e Anjos (2018, p. 87), compreendem que “[...] se apenas para potencializar o trabalho (educação produtiva); se apenas para desenvolver o intelecto (educação ociosa); ou se para articular a educação teórica à formação profissional, [...]”.

Hoje, com a inserção do sistema neoliberal como alternativa para superar a crise alegada pelo sistema capitalista, assegurada pela lógica internacional, mostra-se como solução para o enriquecimento de estatais privadas, de modo que, afeta diretamente uma maioria que não participam da acumulação de valores reais. Nesse contexto, vale salientar, portanto, que o sistema de educação sofre com as

alterações feitas na pirâmide social, pois a forma de preparar o sujeito para o seu desenvolvimento pessoal, na prática, perde esse sentido. Dando-lhes espaço para empresas privadas assumirem a forma de ensino, preparo e qualificação, tornando assim, a educação um modo de lucrar, (des) qualificar e preparar o sujeito para o mercado de trabalho de forma vertiginosa.

As alterações feitas no sistema econômico se tornam um objeto de valor e de acumulação de capital para um determinado grupo da camada social, por outro lado, essas transformações resultam negativamente no sistema educacional, isso porque, segundo Koga e Guindani (2016, p. 3), “[...] se verifica uma grande transformação no sistema econômico, diante de uma crise, por exemplo, novas demandas são transferidas para a esfera educacional. [...]”. Diante dos fatos, pode-se afirmar que tais modificações na estrutura econômica, novos padrões surgem na educação como forma de aumento de capital, controle, produtividade, guiada por uma lógica mercadológica e fabril.

Torna-se perigoso deixar que a educação entre na lógica do produtivismo, na lógica de mercado, pois, o sistema neoliberal busca desenvolver políticas voltadas somente para os meios econômicos, de forma que beneficia uma parcela mínima do estrato social. Não é à toa que “[...] um dos objetivos é dar mais autonomia e liberdade às instituições privadas e financeiras. [...]”. (KOGA e GUINDANI, 2016, p. 5). Entende-se que esta é uma forma de o Estado abdicar de suas responsabilidades com questões sociais e culturais, e se voltar apenas para a segurança pública e justiça que, de fato, é uma forma coercitiva de manter a ordem social.

É evidente que a educação como mercadoria e prestadora de serviço vai servir para o enfraquecimento da camada mais pobre da sociedade. De modo que, o aumento do analfabetismo vai afetar diretamente pessoas que não possuem uma estrutura cultural e, que já vivem à beira da margem da pobreza e sem acesso às políticas públicas. Políticas públicas, que as vezes, chegam as essas pessoas com um sucateamento que impossibilita o desenvolvimento teórico, cultural e social, isso devido as mazelas políticas que não asseguram o bem-estar social, tampouco fornece uma educação voltada para o sujeito pensar.

É importante salientar que não se pode qualificar todos como pessoas que possuem as mesmas oportunidades, na prática, existem sujeitos que não fazem parte desses avanços tecnológicos, do ensino, da educação. Apesar de ser direito

de todos, garantido na Constituição de 1988, não significa dizer que todos gozam dos mesmos privilégios. Nesse contexto, o neoliberalismo promove uma ilusão que leva o indivíduo a se considerar como grande empreendedor de seus negócios, como forma de alcançar seus objetivos com o esforço de seu trabalho duro, onde, na verdade não passa de uma lógica de aumento de capital, acumulação econômica e corte nos direitos sociais.

No que concerne a isso, Koga e Guindani (2016), afirmam que “[...] o Estado deixa de assumir a centralidade na execução das políticas e deve sim delegar e buscar parcerias com a iniciativa privada.” A lógica de mercado na educação é uma forma de beneficiar somente um pequeno grupo da esfera social, oportuniza a este grupo o alcance de objetivos por meio do mérito e da competição. Por um lado, uma minoria terá ‘mais oportunidades’, a minoria referida é a elite que goza de todos privilégios e possuem os chamados padrinhos, forma que facilita o meio de acesso à determinados compartimentos públicos e privados, sem que sejam avaliados pelos mesmos critérios e pré-requisitos que os demais. Por outro lado, a maioria serão obrigados a competir entre si, de forma severa e cruel para alcançar tais objetivos, como caracteriza Koga e Guindani (2016, p. 8) elaborar “[...] condições para a competição, significa que há a instauração de um sistema equânime no que diz respeito à igualdade em competir, e aí, sim, a lógica do mérito vai assumindo a ideia de justiça.”

Nesse sentido, tem-se a ideia de que a educação precisa ingressar em novas transformações tecnológicas, para que os objetivos da economia sejam alcançados. É visível que são políticas direcionadas para impulsionar o desenvolvimento econômico, sem a preocupação de tornar o sujeito detentor de conhecimentos críticos na sociedade. Na prática, deve-se ensinar no espaço escolar técnicas rápidas de aprendizagem para que o sujeito sirva de instrumento futuro para o mercado de trabalho, de modo que alavanque a economia.

São estratégias que servem para manipular a classe trabalhadora, sustentada pela ideia de que quanto mais trabalha e se esforça, mais se aproxima de seus objetivos pessoais. São subjetivos criados para levar o sujeito a acreditar no seu progresso pessoal, sem a necessidade de direitos e sem a participação do Estado no desenvolvimento educacional. De forma que, surge a “[...] tentativa de convencer que o desenvolvimento em sua totalidade só irá ocorrer quando as instituições

educativas e o sistema produtivo unirem-se e trabalharemos juntos. [...]” (KOGA e GUINDANI, 2016, p. 11).

Entende-se que as políticas neoliberais afetam não somente a educação básica, mas, também, o ensino superior vira alvo direto das políticas de desmonte da educação, porque, é no meio acadêmico que se constrói conhecimento e mantém o desenvolvimento da ciência. Por isso, as políticas neoliberais levam o setor acadêmico a se tornar uma ‘empresa’ de produção exacerbado, com pouco grau de qualidade, visando o produtivismo com a lógica de mercado. Portanto, Chauí (2003) explica que

A visão organizacional da universidade produziu aquilo que, segundo Freitag (*Le naufrage de l'université*), podemos denominar como universidade operacional. Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. ((CHAÍ, 2003, p.7, grifo da autora. *Apud* KOGA e GUINDANI, 2016, p. 12).

É possível perceber que as universidades passam a ser um espaço de produção para o sustento econômico, lugar que se torna flexível aos interesses capitais com uma ideia de livre mercado. Pautada no produtivismo; assegurado na subjetividade de ingresso no mercado de trabalho de forma rápida. Levando o sujeito a aceitar as alterações feitas por meio das políticas neoliberais. Sobretudo, criam-se estratégias para balizar a educação do sujeito e de seu desenvolvimento como cidadão.

De forma que o espaço de construção de conhecimento é escolhido, no presente, “[...] como o *locus* privilegiado de inovação tecnológica. [...]” é um fato preocupante devido a “[...] tendência predominante, em muitas universidades públicas, marcada por um caráter técnico-econômico de atenção proeminente quase exclusivamente aos imperativos de negócios. [...]”. (KOGA e GUINDANI, 2016, p. 12). Isso afeta diretamente a área das ciências humanas, por ser a ciência que constrói críticas ao sistema, contudo, acaba privilegiando as ciências tecnológicas, mas, exclui um grande grupo do processo educacional e das inovações feitas pelo sistema neoliberal.

Percebe-se que as Instituições de Ensino Superior vêm sofrendo com os cortes orçamentários e com o sucateamento da educação pública, isso ocorre com a

intenção de fortalecer a ideia de privatização da educação, para se implementar a lógica empresarial e gerar trabalho com baixos custos, desvalorizando cada vez mais o profissional da educação e as universidades públicas.

[...] Com vistas a refletir sobre qual seria o papel social de uma universidade pública. Em vistas que, por muitas vezes, o modelo da mercantilização do ensino universitário fez parte da história dessas instituições no país e, até hoje, se faz presente como evidenciados nas pesquisas acerca da realidade universitária. (TUNDIS, MONTEIRO, SANTOS & DALENOGARE, 2018, 16).

Dessa forma, as universidades, sobretudo, vêm passando por transformações para atender às demandas da sociedade em produzir conhecimento científico, os riscos da mercantilização do ensino superior precisam ser combatidos, evitando-se a perda, acima de tudo, destes espaços públicos, lugar de formação social. Compreende-se que as instituições necessitam de melhorias em suas infraestruturas e recursos que auxiliem os docentes em suas atividades, pois, proporcionará um ensino de qualidade em espaços físicos adequados.

Conforme o país se moderniza, se globaliza e mantém o progresso, surge-se então a necessidade de transformar os espaços nele inserido. Como por exemplo, as universidades públicas que passaram a valer como lógica de mercado e produção em massa de conhecimento para sustento do setor econômico, da mesma forma, manter e aceitar a lógica neoliberal, de que quanto mais se produz, mais aumenta a economia e alcança objetivos capitais. São metas que tirarão do Estado a responsabilidade de investir na educação e em direitos sociais, conforme explica Sguissardi (2009, p. 200, *apud* GUINDANI, 2011, p. 33)

A integração do país à economia mundial dá-se enfatizando o novo papel atribuído ao mercado na alocação dos recursos e diminuindo as funções do Estado, em especial quando este é pensado como provedor dos serviços sociais, entre eles a educação (SGUISSARDI, 2009, p. 200).

Nesse contexto, os espaços de produção acadêmica se inserem na lógica de prestadora de serviço, o que facilita a inserção de instituições privadas para assumirem o ensino superior, restringindo assim a qualidade do ensino, a gratuidade e a equidade da aprendizagem. Servindo a lógica economicista, compreende-se, segundo Guindani (2011), que as universidades públicas perdem o princípio da

construção de conhecimento de qualidade, que na prática, é para o desenvolvimento do sujeito como cidadão e se transforma em um setor produtivo.

As universidades públicas têm se tornado porta de entrada para o acúmulo de capital. Espaço voltado para produção de conhecimento, pesquisa, extensão e ensino, estes são princípios importantes para o desenvolvimento autônomo das instituições, é, o alicerce que mantém o fazer cidadão e que aproxima a universidade do público local, regional e global. Todavia, atualmente, o lugar de construção de conhecimento se insere vertiginosamente na lógica de mercado, de forma que ascende o conhecimento como mercadoria de troca, perdendo assim, o sentido de formar sujeitos para construção do saber humanizador.

Segundo Oliveira, Pereira e Lima (2017), a lógica do produtivismo emerge nas universidades públicas na década de 1990, na época, o Brasil era governado por Fernando Henrique Cardoso, responsável pela Reforma Administrativa, que buscava alcançar um desenvolvimento voltado para uma ideia produtiva. De acordo com as autoras, tais alterações se baseavam em estratégias de gerenciamento que são utilizadas até hoje nas organizações privadas, as consequências dessas reformas foram de um ensino imediato, com objetivo em formar cidadão o mais rápido possível para o mercado de trabalho.

Nesse aspecto, as universidades se inserem num modelo produtivista, onde, a instituição pública caminha na lógica do

[...] produtivismo acadêmico, como ideologia, produzido pela burocracia da CAPES e do CNPq, com base nas precárias condições objetivas dos programas, é naturalizado e reproduzido em todos os espaços institucionais onde atua o professor pesquisador (SGUISSARDI; SILVA FILHO, 2009, p. 224, *apud* GUINDANI, 2011, p. 35).

Percebe-se que ao ingressar por esse caminho produtivo, guiado por uma lógica de mercado, o espaço acadêmico termina seguindo meio de incentivos para produção de materiais/pesquisas sem qualidade. Pois, o que visa o espaço de produção é quantidade de publicação, de forma que a qualidade da elaboração de um dado material se perde no preenchimento do *Lattes*. Dando assim, sentido de valor ao sujeito pela quantidade de publicações em seu currículo como instrumento de avaliação, e pré-requisito para a ascensão profissional, mas sem vista para suas qualidades.

Entende-se que são lógicas que acabam afetando o desenvolvimento da

ciência, porque busca-se produzir materiais que não têm nada de criativo, sendo apenas uma reprodução do que já existe. Tais produções que servirão como pontuação no currículo e que pouco irá contribuir para uma ideia crítica e reflexiva dos acontecimentos da sociedade.

[...] a reflexividade e o pensamento crítico, que sempre foram marcas distintivas do saber produzido e difundido nas universidades, cedem lugar à reprodução, expressa pela enorme quantidade de artigos que nada acrescentam efetivamente de novo em suas áreas de saber, convertendo-se apenas em uma moeda de troca por pontos de publicação. (OLIVEIRA, PEREIRA E LIMA, 2017, P. 611).

Segundo Guindani (2011), as universidades são avaliadas por seu índice de desenvolvimento, que diz respeito, na prática, por sua produtividade. Para corroborar com o autor supracitado, Chauí (2003) afirma que:

A permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se claramente a mudanças rápidas. [...] A visão organizacional é regida por contratos de gestão e índices de produtividade (CHAUÍ, 2003, p. 7, *apud* GUINDANI, p. 36).

Na concepção dos autores, a universidade fica à mercê da burocratização do sistema que lhes obriga a adaptar-se as transformações de mercado. Nesse sentido, a produção de conhecimento e o desenvolvimento da pesquisa se tornam instrumentos para sustento econômico. De modo que as instituições buscam *rankings* mercadológicos para manter *status* de boas aparências que, portanto, para além do bem e do mal, a produção de conhecimento exacerbado está acima de qualquer qualidade.

Guindani (2011) afirma que é a partir do ano de 1990 que aumentam as formas de avaliação no campo acadêmico, dentro dos critérios de avaliação, a meta priorizada é a produção, “[...] independentemente dos custos acadêmicos e pessoais que resultarem desse processo [...]”. (GUINDANI, 2011, p. 113).

Nesse contexto, as universidades se enquadram no que é chamado por Chauí (2003, *apud* GUINDANI, 2011), paradigma da moda, compreendida, na concepção dos autores como novo modelo organizacional assumida pelo espaço acadêmico.

Libâneo (2012) aponta que as universidades aos poucos se adaptam a esse paradigma de produção, por se considerar uma lógica economicista, começa inovar a então chamada filosofia da qualidade total, ou melhor, com a inserção do neotecnicismo, inserida nas Instituições de Ensino Superior (IES). Desse modo, a intenção é colocar novos valores e serviços para da economia capitalista flexível, para satisfazer os desejos de seus consumidores, isto é, dos educandos que fazem parte desse meio.

## **2.2 Ensino Superior no Brasil, Neoliberalismo e seus resultados na Educação**

Segundo Carneiro (2013), a chegada da educação superior no Brasil, em 1808, se volta para os interesses da elite, que em posse do conhecimento científico, consegue ocupar as melhores posições no mercado de trabalho. Nesse sentido, percebe-se que houveram transformações, no entanto, até a proclamação da República em 1889, não se identificou tais transformações em seu funcionamento e organização.

Como caracteriza Martins (2002):

Até a proclamação da república em 1889, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito além de garantir prestígio social. (MARTINS, 2002, p.1, *apud* CARNEIRO, 2013, p. 155).

Nesse contexto, é importante lembrar que diante de várias reformas no ensino superior Brasileiro, houve também, em 1968 a Reforma Universitária, a qual, Vieira (2007), afirma que “tem por finalidade oferecer respostas às demandas crescentes por ensino superior [...] e ao mesmo tempo formar quadros deste nível de modo a dar substância ao crescimento econômico [...]”. (VIEIRA, 2007, p.122, *apud* CARNEIRO, 2013, p. 156).

De acordo com Libâneo (2003), a educação superior não se restringe apenas um saber, mas a diversas finalidades tais como: desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, científico, formação e preparo de profissionais, divulgação de saberes culturais e técnicos.

Entende-se que a educação é um direito de todos/as para o exercício da cidadania, para que o sujeito adquira uma qualificação e que seja possível sua inserção no mercado de trabalho. Para melhor entendimento do assunto, recorre-se ao artigo 205 estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), garantindo que:

A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, p.1).

Ainda, conforme o Decreto Federal sob o nº 5.773/06, que classifica o modo de funcionamento e organização de uma determinada instituição de ensino superior, fica responsável também, pela supervisão e avaliação de seus respectivos cursos de graduação no sistema de ensino federal. Compreende, segundo o artigo 12, do capítulo II e seção II (BRASIL, 2006, p.5), serão instituições de ensino superior quando:

Art.12. As instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como:  
I- faculdades;  
II - centros universitários; e  
III - universidades.

De acordo com o artigo 45 da Lei nº 9.394/96, a educação superior pode ser desenvolvida por qualquer instituição, seja pública ou privada, de modo a atingir diversos graus de especialização. Já para se tornar um docente universitário, segundo a LDB, em seu artigo 66 (BRASIL, 1996), é necessário possuir nível de pós-graduação, mestrado ou doutorado. Entende-se, portanto, que a qualificação do profissional da educação superior é de suma importância para formação e preparação de outros profissionais.

### **2.3 O modelo neoliberal e o mundo do trabalho**

Acredita-se que o ser humano presente na sociedade contemporânea, ao realizar qualquer tipo de atividade para fortalecer o mercado capitalista, é

considerado parte da estrutura social. Nesse sentido, é correto afirmar que o processo de trabalho está presente no ser humano e em sua natureza.

Para Marx (2011), no relacionamento do sujeito com o mundo natural, desenvolvem-se as forças biológicas presentes no corpo, como braços, pernas, cabeça e mãos, dando sentido à vida, inserindo o sujeito ao mundo social dos homens. Estes, por conseguinte, estão ligados com a natureza do homem, estabelecendo assim o indivíduo social, cujas tendências naturais, ainda que estejam presentes, nele não mais prevalece.

Em relação ao trabalho, o sujeito opera não simplesmente sobre a metamorfose da natureza externa, porém, realiza-se sobre sua própria natureza, buscando mostrar suas capacidades imóveis, ganhando novos conhecimentos e aprendizados, aperfeiçoando-se suas habilidades, e submetendo ao seu comando a alternativa do poder natural. No entanto, o que foi discutido até aqui, na opinião de Marx (2011), não se refere aos modos espontâneos, animais, de trabalho, mas sim, a respeito do trabalho diante de configurações meramente humanas.

As grandes corporações empresariais, sempre se beneficiaram do capitalismo flexível, pois, através de normas impuseram o que seria melhor para sociedade na perspectiva da lógica empresarial. Sendo assim, Castel (1998), coloca que,

O idioma corporativo comanda, assim, o acesso ao que se poderia chamar a cidadania social, o fato de ocupar um lugar reconhecido no sistema das interdependências hierárquicas que constituem a ordem comunitária. O pertencimento orgânico das profissões ao organograma das dignidades, que é também o dos poderes (CASTEL, 1998, p 174).

Os poucos privilégios oferecidos ao sujeito para a especialização, tornou-se fundamental para o estabelecimento das profissões. Percebe-se como esse sistema é dividido, onde poucos se beneficiam dele, o mesmo age de uma forma que reprime o ser humano, fazendo a maioria dos trabalhadores se adaptarem a um sistema de obrigações.

[...] A relativa integração da maioria dos trabalhadores, traduzida, dentre outros, pelo salário mensal, cava uma distância em relação a uma força de trabalho que, em vista desse fato, é marginalizada: trata-se das ocupações instáveis, sazonais, intermitente (CASTEL, 1998, p 475).

Castel (1998), vai tratar da questão da polarização ocasionada devido a reestruturação produtiva e traz algumas problemáticas a respeito da precarização do trabalho no mundo contemporâneo, caracterizando essa problemática em três aspectos fundamentais para entendimento desses acontecimentos. A primeira, refere-se à desestabilização das ocupações estáveis, levando a insegurança em sua formação social familiar; a segunda, vai se tratar da instalação do trabalho precário, delineando incertezas e aumentos nos grupos assalariados; por fim, a terceira parte vai remeter à precarização do trabalho, onde, sabe-se que trará grandes consequências e um desemprego em massa.

Druck (2002), fala a respeito da flexibilização do trabalho e explica que esse aumento se deu devido a hegemonia do capital financeiro no processo de transformação do sistema capitalista. Já que, no Brasil esse fenômeno ocorreu posteriormente a inauguração de diversas normas da estruturação do trabalho, dentre esses exemplos, cabe destacar o período do Toyotismo ao propor o desenvolvimento de uma nova estrutura produtiva, além disso, as políticas neoliberais que estavam fortes nos anos 90 e que segue até os dias atuais.

[...] Com o regime de acumulação – e pelo surgimento de um regime de acumulação flexível, cujo desenvolvimento não tem implicado a superação ou substituição do fordismo por outra forma de regulação, à medida que combina as novas tecnologias e formas organizacionais flexíveis com padrões tipicamente fordistas. Essa transição, que tem na flexibilização da produção e do trabalho as mudanças mais visíveis, só pode ser explicada por outro fenômeno, qual será “(...) o florescimento e transformação extraordinária dos mercados financeiros”, com gradativa hegemonia do capital financeiro no desenvolvimento do capitalismo, na atual conjuntura (DRUCK, 2002 p. 12).

Como o processo de flexibilização ocorre posteriormente a precarização do trabalho, ocasionando aos trabalhadores estáveis uma insegurança no mercado. Na concepção de Druck (2002), a precarização do emprego é causada pela subcontratação, promovendo o surgimento de muitas empresas terceirizadas, emergindo assim os empregos temporários, ou seja, por tempo determinado, empregos autônomos e informais. Segundo a autora, esse sistema de trabalho funciona como estágio flexível no mercado de trabalho, principalmente no Brasil.

Devido aos avanços e a crise que estavam afetando o capitalismo, surgem movimentos com o objetivo de recuperar a acumulação de capital. Compreende-se que “no espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de

novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma” (HARVEY, 1992, P. 140, *apud* VIEIRA e MACIEL, 2011, p. 158), dando força, assim, ao processo de acumulação flexível.

Para Tumolo (2002, p. 91) a acumulação flexível foi “[...] a resposta histórica construída pelo capital à crise de superacumulação que precede o processo recessivo de 1973”, segundo Vieira e Maciel (2011), tal processo serviu como medida paliativa de superação do modo produtivo e político que já se mostrava nos limites, o fordista-keynesiano.

Nesse sentido, a crise enfrentada pelo fordista-keynesiano, segundo Vieira e Maciel (2011, p. 159), “[...] não significou, em absoluto, a sua eliminação, embora tenha instalado a necessidade de se construir um padrão produtivo fundamentalmente mais flexível [...]”, já que, é “[...] um padrão mais flexível de regulamentação da vida social e política.”

Tumolo (2002, *apud* Vieira e Maciel, 2011), considera que apesar das mudanças por padrões produtivos, isto é, acumulação flexível, os objetivos dos novos costumes são os mesmos do modelo fordista-taylorista, quais sejam, as alternativas de superação da crise, o objetivo é de acumulação de capital, sob novos padrões. Sobretudo, de maneira cruel, que é por meio da exploração da mão de obra, de maneira intensificada e geradora de desigualdade.

Modelos assim, segundo Tumolo (2002) que são responsáveis pelos baixos salários; insegurança no emprego e instabilidade; exigências nas produtividades; aumento de habilidades e qualificações para atender às necessidades do mercado de trabalho; emprego temporário, terceirização e, precarização do trabalho.

Nota-se que o processo de reestruturação que engloba o mercado de trabalho, leva a criação de estratégias para desmontar os direitos trabalhistas, tais como, o surgimento de contratos temporários, modelos que limitam os trabalhadores e colocam em situações de precarização e trabalhos desumanos. Vieira e Maciel (2011, p. 159) entendem que “[...] a desregulamentação dos direitos trabalhistas, permite aos empregadores exercerem pressões e controle muito mais forte sobre a força de trabalho. [...]”. Isso porque muitos estão sob contratos flexíveis, o que mostra uma forma de trabalho precário, o que leva a ser demitido de maneira fácil e sem seus direitos trabalhistas.

Nessa perspectiva, a mão de obra está cada vez mais ficando à mercê do trabalho precarizado. Forma esta que empobrece e desqualifica os profissionais que

passam boa parte de suas vidas realizando curso de graduação; especialização para conseguir a titulação de doutor. Acreditando que o caminho para chegar a uma determinada posição da carreira profissional seria este, estudar e posteriormente conseguir um trabalho digno de seus esforços. No entanto, todo esse projeto subjetivo deixa de existir a partir do momento em que as formas do trabalho precário invadem o meio social, o qual se caracteriza pelas formas de “[...] trabalho socialmente empobrecido, desqualificado, informal, temporário e inseguro, a noção de precarização aqui adotada remete a um processo social de institucionalização da instabilidade” (ROSENFELD, 2011, p. 264, *apud* PIOVEZAN & DAL RI, 2018, p. 251). Surge assim, a ideia da escola como um *locus* de formação profissional (SANTOS, 2012, p. 233), no mesmo aspecto, surge fortemente a promessa da empregabilidade (GENTILI, 2002, p. 51, *apud* SANTOS, 2012, p. 233). Com intuito de guiar o sujeito por suas competências e capacidades que cada um deve alcançar no mercado educacional para se destacar como o melhor em todas as posições do mercado de trabalho.

Para que essa lógica permaneça, Santos (2012, p. 233) coloca que diversos “[...] mecanismos de avaliação do sistema educativo têm sido implementados pelas políticas governamentais para orientar o consumidor e ajudá-lo a escolher “a melhor” instituição de ensino. [...]”. Compreende-se que esse mecanismo serve para avaliar o sistema educacional, com objetivo em descobrir as qualidades das Instituições de Ensino, como ocorre nas grandes empresas como forma de controle de qualidade de seus serviços. Sem contar que técnicas desse tipo, são cada vez mais utilizadas para serem implementadas nos planos e projetos pedagógicos; visando a produtividade, eficiência, capacidade, habilidades, metas e gerenciamento. De fato, são instrumentos que vêm se reproduzindo no capital flexível, afetando diretamente os trabalhadores, como: docentes, alunos/as, escolas e universidades, Santos (2012).

Para melhor entendimento da problemática, recorre-se a Kuenzer (2002, p. 93, *apud* SANTOS, 2012, p. 234), a qual compara a relação de trabalho com a educação, trazendo os conceitos de “exclusão includente” e “inclusão excludente”.

Para Kuenzer (2002), a “exclusão includente” é uma prática criada para excluir o trabalhador formal possuidor de seus direitos e submete-los as condições de trabalhos precarizados por meio de estratégias com salários mais baixos, mesmo que possua registro em carteira. Uma outra prática é a terceirização; desvalorização

do profissional; as constantes ameaças de demissão por parte do empregador, gerando assim, um desconforto e insegurança nos funcionários.

A “inclusão excludente” está relacionada com a lógica neoliberal ao investimento de inclusão no sistema educacional, elaborando assim, mecanismos que forme (m) o sujeito de forma rápida em instituições superiores, buscando desvalorizar cada vez mais os docentes, com alternativas para diminuir a importância dos currículos. São práticas que afetam, principalmente, os trabalhadores e exclui todos os direitos conquistados, conforme coloca Santos (2012, p. 234), essas “[...] modalidades de (aparente) inclusão no campo educacional fornecem a justificativa, pela incompetência, para a exclusão do mundo do trabalho, dos direitos e das formas dignas de existência.”

O Brasil contemporâneo vem passando por diversas transformações, seguindo assim uma lógica do capital flexível para beneficiar os grandes meios de produção. Colocando o trabalho docente em ‘xeque’ para salvar o capitalismo e o sistema neoliberal, de modo que, a todo instante faz-se reformas no sistema educacional, na concepção de Santos (2012, p. 234), “[...] afirmam-se sob a hegemonia das concepções neoliberais e redefinem o papel do Estado na sua relação com a educação.”

Nota-se que cada vez mais o Estado se distancia da educação pública, isso significa oportunizar as instituições privadas em investir fortemente no ensino superior. Levando esse mercado financeiro a contratar professores/as por tempo determinado, como uma opção de sobrevivência ou como uma renda extra, ainda, devido seu ensino ser transmitido de forma rápida e sem reflexão crítica, se perde a importância da pesquisa, ensino e extensão. Torna-se um ensino ‘enxuto’ e preparatório o mais rápido possível para o mercado de trabalho.

Segundo Silva, Ribeiro e Machado (2018), configura-se uma ideia em que a esfera pública e privada se torna semelhante, com intenção de se aplicar as mesmas regras de mercado ao outro. Além disso, sob a proteção do mercado neoliberal, inicia-se uma ‘ligação de parceria’ entre os setores, pela qual o dinheiro público começa a ser destinado para tirar o mercado da crise. Sabe-se que esses efeitos serão refletidos na sociedade, dificultando ainda mais a vida dos cidadãos, que precisarão escolher os tipos de serviços privados adequados para todos/as.

### 3 O NEOLIBERALISMO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Aborda-se aqui, o trabalho docente que se insere numa lógica neoliberal, de produtivismo. É nesse marco banalizado que se insere a educação, sucateada, sob contrato temporário e com abertura para criação de condições de trabalho precarizado dentro das instituições de ensino superior.

#### 3.1 O saber docente e sua formação

Tardif (2002) entende que a formação docente se constrói com o passar dos anos, por meio de suas experiências profissionais. Aprendem, com sua trajetória dentro das instituições, as quais lhes oferecem, através de componentes curriculares, saberes importantes para se construir uma carreira docente. Saberes adquiridos com as vivências da sala de aula, pois este é o lugar de maior atuação, aprendizado, representação do/a aluno/a e a importância do papel docente, ainda com o autor supracitado (2002, p. 20), é possível compreender que “antes mesmo de começarem a ensinar oficialmente, os professores já sabem, de muitas maneiras, o que é o ensino por causa de toda sua história escolar anterior”.

Compreende-se que o saber docente está ligado com as práticas da sala de aula, convivência com os colegas de trabalho, construindo assim, experiências capazes de ajudar na formação docente, isto significa, construção de métodos e práticas de ensino eficazes, configurando-se em saberes.

Nessa ótica, os saberes oriundos da experiência de trabalho cotidiano parecem constituir o alicerce da prática e da competência profissional, pois essa experiência é, para o professor, a condição para a aquisição e produção de seus próprios saberes profissionais. Ensinar é mobilizar uma ampla variedade de saberes, reutilizando-os no trabalho para adaptá-los e transformá-los pelo e para o trabalho (TARDIF, 2002, p. 21, *apud* BARATTO, 2010, 95).

Acredita-se que a função e a formação docente têm uma relação direta com o saber, estão ligadas às suas práticas cotidianas, o contato direto com os discentes e colegas contribuem para o aprimoramento desses saberes em sala de aula, podendo assim, utilizar esse saber para transmitir seu conhecimento. Quanto a

função, entende-se que o professor é “antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros” (TARDIF, 2002, p. 31).

O/a professor/a tem uma função importante na sociedade, ele é responsável em construir e divulgar conhecimento, conhecimento científico que contribuirão na construção da ciência. Tardif (2002), considera o sistema educacional fundamental na construção de conhecimento instituído e aceito pela sociedade, colocando assim, como critério arbitrário. Arbitrário, porque não se tem uma garantia de que o saber produzido seja verdadeiro por si.

Compreende-se que qualquer área do conhecimento exige o domínio da profissão, são domínios indispensáveis para uma boa formação e desenvolvimento de atividades com qualidade e eficácia. A profissão docente, além do domínio da área de conhecimento, exige o saber pedagógico e didático para que o ensino se torne de qualidade e compreensível pelo discente.

Nesse contexto, a formação inicial de professores/as nas universidades ou escolas de magistérios são instrumentos de grande relevância para construção desses saberes. É através destas instituições que os sujeitos adquirem domínios, proporcionando saberes profissionais, que, posteriormente, serão utilizados como ferramentas de trabalho para construção e formação de outros seres.

É importante sabermos que a questão do saber docente é uma questão complexa:

Os saberes das disciplinas e os saberes que os professores possuem e transmitem não são o saber dos professores nem o saber docente. De fato, o corpo docente não é responsável pela definição nem pela seleção dos saberes que a escola e a universidade transmitem. Ele não controla diretamente, e nem mesmo indiretamente, o processo de definição e de seleção dos saberes sociais que são transformados em saberes escolares (disciplinares e curriculares) através das categorias, programas, matérias e disciplinas que a instituição escolar gera e impõe como modelo da cultura erudita. Nesse sentido, os saberes disciplinares e curriculares que os professores transmitem situam-se numa posição de exterioridade em relação à prática docente: eles aparecem como produtos que já se encontram consideravelmente determinados em sua forma e conteúdo, produtos oriundos da tradição cultural e dos grupos produtores de saberes sociais e incorporados à prática docente através das disciplinas, programas escolares, matérias e conteúdos a serem transmitidos. Nessa perspectiva, os professores poderiam ser comparados a técnicos e executores destinados à tarefa de transmissão de saberes. (TARDIF, 2002, p. 40-41, *apud* BARATTO, 2010, p. 96)

O processo de formação de professores/as passa por vários moldes até se chegar ao sentido de ser docente, desde o contexto de ensino e aprendizagem às suas práticas docentes e costumes de transmissão de conhecimento para o sujeito. Há uma ligação com os saberes disciplinares e curriculares, o saber docente é oriundo da tradição cultural já existentes dos saberes sociais, nesse sentido, pode-se dizer que, conforme Tardif (2002), o educador possui técnicas capazes de transmitir esses saberes.

A relação e o saber docente se estabelecem quando passa, sobretudo, sob um conjunto de sistema de formação, isto é, quando o sujeito sai da universidade e ingressa no mercado de trabalho e começa a desenvolver suas práticas docentes em sala de aula. É, a partir desse momento, que se inicia a construção de técnicas e valores, dando sentido à sua formação conforme desenvolve sua experiência e atitudes, passando a compartilhar seus saberes com colegas e alunos/as.

Na mesma perspectiva, em relação ao saber na docência, Tardif (2002, p. 36, *apud* BARATTO, 2010), aponta que “pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”. Ainda, é possível afirmar que além destes saberes, existem outros que os/as professores/as adquirem conforme se relaciona com os colegas de trabalho e compartilham seus conhecimentos com o coletivo.

O saber profissional mencionado por Tardif (2002) está relacionado com as práticas pedagógicas e didáticas do sistema educacional, este, por sua vez, é o momento em que o sujeito tem contato na formação inicial, assim como “[...] às reflexões e conclusões que o professor realiza durante seu próprio trabalho docente.” (BARATTO, 2010, p. 97).

Os saberes docentes e pedagógicos são um conjunto de elementos que englobam diversas teorias educacionais. Documentos, como por exemplo, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), são documentos que irão orientar e auxiliar os docentes no momento da elaboração e aplicação de suas aulas.

Por outro lado, os saberes disciplinares dizem respeito às práticas docentes, conforme explica Tardif (2002, p. 38) “[...] integram-se igualmente à prática docente através da formação (inicial e contínua) dos professores nas diversas disciplinas oferecidas pela universidade”. Compreende-se que os saberes disciplinares estão

relacionados à determinada área de conhecimento escolhida pelo sujeito para execução.

Os saberes curriculares são aqueles desenvolvidos pelos/as professores/as através de programas e projetos solicitados e organizados pela instituição, são projetos pedagógicos que servem como contribuição na formação docente, fazendo com que eles participem de ações culturais e sociais, envolvendo assim, a comunidade nessas ações, Tardif (2002, *apud* BARATTO, 2010).

Estes saberes são de grande relevância para formação dos professores, pois oportunizam a relação direta com o objeto do saber, tornando assim as práticas da sala de aula mais atraentes para os discentes, de fato, envolve toda comunidade escolar e oportuniza por meio de experiências, saberes desenvolvidos com a prática docente.

No que diz respeito aos saberes experienciais dos/as professores/as, estes estão ligados às práticas cotidianas escolares, que “acabam por configurar o *habitus* docente, que pode ser entendido como o conjunto de práticas e crenças compartilhado por este coletivo. [...]” (BARATTO, 2010, p. 99).

### **3.2 O trabalho docente**

O trabalho docente vem sofrendo diversas transformações, ao longo da história, na esfera política, econômica, cultural e social. Muitas dessas mudanças são para o aperfeiçoamento desse profissional para melhor atender o (s) discente (s), seja na escola ou na universidade.

O processo educativo deve ser visto como um meio de humanização, onde o docente é o protagonista desse ato, porque consegue relacionar a teoria com a prática. O processo educativo deve ser humanizador, buscando assumir o trabalho como base educativa, Mascarenhas (2005, *apud* Borges e Anjos, 2018, p. 88) explica que:

Educação e trabalho são elementos essenciais de construção da sociabilidade humana. Por meio do processo educacional e pelo trabalho o homem torna-se homem, aprende a ser homem. Portanto, quando afirmamos que o trabalho é um princípio educativo na perspectiva aqui apontada, não estamos falando simplesmente de formação profissional ou de preparação para um emprego. Estamos falando de formação para a inserção no mundo, até mesmo no mundo do trabalho, mas não é inserção

com caráter adaptativo, é inserção de forma realizadora, criadora, transformadora. (MASCARENHAS, 2005, p. 162-163).

Compreendemos assim que o trabalho docente é de suma importância para o desenvolvimento do ser, pois, é através da criatividade, como docente transformador, que o sujeito será capaz de se posicionar criticamente diante dos fatos.

Os/as professores/as universitários/as precisam levar para sala de aula metodologias que atendam todos/as os discentes, tornando assim o ensino agradável e eficaz, de modo que ambos saiam satisfeitos com o conteúdo apresentado. Gil (2008), caracteriza algumas práticas que são utilizadas em sala de aula pelo docente, entendidas como ações que refletem em suas qualidades e habilidades.

As ações que desenvolvem em sala de aula podem ser expressas pelo verbo ensinar ou por correlatos, como: instruir, orientar, apontar, guiar, dirigir, treinar, formar, amoldar, preparar, doutrinar e instrumentar. A atividade destes professores [...] reproduz os processos pelos quais passaram ao longo de sua formação, centraliza-se em sua própria pessoa, em suas qualidades e habilidades. (GIL, 2008, p. 6, *apud* CARNEIRO, 2013, p. 160).

Entende-se que o/a professor/a tem a capacidade de focar tanto no ensino, quanto na aprendizagem do aluno/a. Quando esse foco se direciona apenas para aprendizagem, Carneiro (2013, p. 160), explica que o docente “[...] muda o foco do seu papel de ensinar e passa a ser um sujeito que ajudará o aluno a aprender os conhecimentos oferecidos. [...]”.

É importante a participação do/a professor/a na aprendizagem do/a aluno/a, pois não ensina o discente apenas a receber conhecimento como se fosse uma caixinha de valores. O processo de educação deve ser entendido como instrumento capaz de formar cidadão crítico e pensante na sociedade. Colocar o aluno/a como ‘protagonista’ da história que está construindo, é claro, com auxílio do docente e como ferramenta importante nesse processo de ensino e aprendizagem. Gil (2008) afirma que o papel do docente universitário está em “[...] formar pessoas, prepará-las para a vida e para a cidadania e treiná-las como agentes privilegiados do progresso social”. (GIL, 2008, p. 8-9).

O docente da educação superior, além de planejar aulas, estudar para determinada disciplina que atua, tem que se adaptar com outras habilidades e competências que lhes são atribuídas dentro das instituições de ensino superior, de acordo com Gil (2008, p.22-25, *apud* CARNEIRO, 2013, p. 161), são classificadas 27 funções para um docente superior:

Administrador, especialista, aprendiz, membro de equipe, participante, didata, educador, diagnosticador de necessidades, conferencista, modelo profissional, modelo de professor, facilitador da aprendizagem, assessor do estudante, mentor, avaliador, assessor de currículo, preparador de material, elaborador de guias de estudo, líder, agente de socialização, instrutor, animador de grupos, pesquisador, pessoa, planejador de disciplina, coach, conselheiro.

Nesse contexto, percebe-se que o/a professor/a universitário/a está em constante processo de transformação, buscando sempre conhecimento e se aperfeiçoando para melhor atender o público. É compreensível que um docente do ensino superior está sempre participando de eventos, tais como: simpósios, cursos, orientações de trabalho (s), seja de conclusão de curso ou para publicação em eventos científicos. Isso mostra, uma carga-horária elevada para o docente, sem contar os planejamentos que devem ser feitos para ministração das aulas que ocorrem durante a semana.

Ainda aos professores/as da instituição superior são atribuídas diversas tarefas. Isso mostra que ser professor/a não é uma missão fácil. Isso porque, exige muita responsabilidade e compromisso. O docente é um sujeito de suma importância na sociedade, pois, possui a capacidade de formar outros sujeitos para o mercado de trabalho.

Maués (2009), apresenta algumas preocupações que foram mencionadas no relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano de 2005, que se refere ao corpo docente, como: “preocupação de que o ensino não seja uma carreira atraente como profissão”. Esta preocupação refere-se à desvalorização do trabalho docente, baixos salários, a falta de interesse de outras pessoas em querer ser professor/a. “Preocupação relativa aos conhecimentos e competências dos professores” esta refere-se à formação docente e as dificuldades enfrentadas por eles (professores/as) ao ingressarem no ambiente escolar. “Preocupação relativa ao recrutamento, à seleção e ao emprego dos professores”,

que discute as escolas que estes profissionais estão lotados, apesar de existir excelentes profissionais, mesmo assim não deixa de existir problemas com o ensino-aprendizagem. E, por fim, a “preocupação relativa à permanência dos professores de qualidade nas escolas”, esta é uma preocupação voltada para sobrecarga do educador e ao adoecimento que estes docentes estão submetidos. (MAUÉS, 2009, p. 24-25, *apud* CARNEIRO, 2013, p. 162).

Dessa forma, o/a professor/a precisa estar preparado para enfrentar a realidade da sala de aula; precisa estar atento, pois o processo de ensino e aprendizagem está em constante mutação devido a nova era digital e ao avanço da globalização, além disso, existe também modificações no âmbito político, econômico e cultural. Nota-se que a lógica da economia do capital flexível, vem sendo cada vez mais utilizada para fortalecer o sistema educacional.

### **3.3 A precarização do trabalho docente no ensino superior**

As exigências das instituições que cobram por produções colocam o docente para competir com o outro, de modo, a construir materiais em períodos curtos e, leva o/a professor/a ao desgaste emocional, estresse e sobrecarga de trabalho. Compreende-se que tudo está ligado ao produtivismo, com a lógica do ‘capitalismo selvagem’, onde, em sua maioria poucas produções saem com uma determinada qualidade, devido a pressões sofridas dentro das Instituições de Ensino Superior (IES).

Sob a égide internacional, a política neoliberal alega que o sistema educacional anda mal devido o Estado ser responsável por seu funcionamento, justificativa elaborada pelos tecnocratas como estratégias para entregar a educação a grandes empresas, uma forma de privatizar, sucatear e *uberizar* o trabalho docente.

Isso causa consequências na carreira docente, uma delas é, por exemplo, o afastamento do professor das atividades de ensino e extensão. Oliveira, Pereira e Lima (2017), afirmam que os docentes se afastam até dos discentes, para poder atender a lógica da produção acadêmica para publicação em eventos, como congressos, revistas e outros que somem pontos para seus currículos.

É possível afirmar que, são problemas que não afetam apenas professores/as de graduação, mas, também, os docentes de pós-graduação são atingidos por essa lógica produtivista, conforme explica Oliveira, Pereira e Lima (2017, p. 611), que eles têm “[...] a missão de manter uma elevada produção científica, sob pena de serem desvinculados dos Programas, ou pior, de contribuir para que a nota destes junto à CAPES seja rebaixada.”

São práticas de produções que levam o sujeito a competir cada vez mais com outro, deixando as pessoas agirem de forma individual, isto é, a busca por um lugar melhor, de oportunidade para conseguir financiamento para projetos e a procura por reconhecimento, entendido por Oliveira, Pereira e Lima (2017) como uma luta selvagem que ocorre dentro do campo acadêmico. Bourdieu (1994, *apud* Oliveira, Pereira e Lima, 2017), define o campo científico como um lugar de concorrência, marcado pelo monopólio da competência científica, sendo compreendida como a capacidade comportamentais do sujeito por meio de uma hierarquia social.

Para Bourdieu (2015, *apud* Oliveira, Pereira e Lima, 2017, p. 611), é uma luta que visa apenas obtenção de maior capital (real e simbólico), sendo uma forma de aumento de produção para se mostrar melhor que os adversários no campo acadêmico, visando o destaque pessoal e profissional, de modo que exclui “[...] as referências e a solidariedade [...]”.

Sob a busca desenfreada pela produção científica, o docente tem se tornado alvo do produtivismo dentro das instituições de ensino superior. Sendo obrigado a manter seu currículo transbordado de produções e atualizados, como se estivesse prestando conta a uma empresa pelo que se produz. De fato, é o que ocorre dentro dos espaços acadêmicos, quando guiados pela lógica de mercado e produtivismo. Entende-se que esse fenômeno foi naturalizado “[...] e está sendo reproduzida em todos os espaços institucionais onde o professor pesquisador atua.” (GUINDANI, 2011, p. 212).

Compreende-se, portanto, que o trabalho docente é uma profissão que exige muita responsabilidade e comprometimento por parte de quem o executa. As práticas utilizadas pelos/as professores/as do ensino superior para enfrentar os desafios e o sofrimentos causado pelo novo coronavírus (SARS – CoV-2 – Covid-19), tornam-se importantes para evitar o adoecimento e manter uma boa relação de trabalho com os colegas. Além disso, os profissionais têm de enfrentar a

precarização das condições de trabalho, devido a terceirização e o desmonte do sistema educacional.

As universidades federais avançaram por diversas partes do Brasil, buscando contemplar vários alunos/as para que tivessem um ensino de qualidade, para isso, antes de mais nada, é de suma importância que o governo federal continue investindo em espaços físicos adequados para que os docentes, hoje, em tempo de pandemia tenham uma ótima condição de trabalho e possam lecionar de maneira digna, e transmitir seu conhecimento com qualidade para os discentes.

A lógica neoliberal que se insere na estrutura da universidade prioriza o produtivismo, o que acarreta a precarização das condições de trabalho e a um desgaste na relação com os demais colegas.

Percebe-se que a carreira docente vem passando por um processo de desvalorização por parte dos governantes, nota-se a atual submissão que os professores das universidades públicas brasileiras enfrentam para permanecer em sala de aula, dentre outros exemplos, é importante destacar salas superlotadas, jornadas de trabalhos excessivas que por sua vez adoce a maioria dos profissionais da educação.

Compreende-se que reformas feitas em algumas categorias, como por exemplo, na categoria docente são com 'objetivos de melhoria', no entanto, as que vêm ocorrendo no sistema educacional, por meio de políticas neoliberais, são reformas que geram desvantagens na categoria docente. No tocante, ampliaram de modo perverso as formas de trabalho precarizado que, para Nóvoa (1995, p. 175 *apud* PIOVEZAN & DAL RI, 2018, p. 257), “[...] agravam-se as situações de trabalho, crescem as limitações quanto às condições de autoformação e de atualização ao dispor dos docentes, e assiste-se à degradação acentuada do seu estatuto econômico e social”.

Para corroborar, Carneiro (2013), afirma que o trabalho docente ao longo do tempo tem enfrentado as modificações em suas relações de trabalho, devido a nova forma de flexibilização do trabalho, assim como, dos direitos, contratos de trabalhos por período determinado, ocasionando aos docentes uma certa insegurança na profissão. É sabido, que muitas das vezes os docentes das Instituições de Ensino Superior têm sua carga-horária elevada para suprir as demandas das (IES), tendo que ficar na instituição os três turnos, manhã, tarde e noite.

Isso mostra, a sobrecarga de um docente do ensino superior, a desvalorização de seu trabalho e o sucateamento da educação por falta de concursos públicos para completar as lacunas existentes em diversas IES Brasileira. Ainda com a autora supracitada, entende-se que existe diversos estudos que mostram os impasses da educação por causa da precarização do trabalho docente no Brasil.

Vários já são os estudos que abordam a precarização do trabalho docente no Brasil. Os docentes do ensino superior estão sofrendo com os reflexos das mudanças do mundo do trabalho, onde muitos estão atuando em precárias condições e contratos de trabalho. (CARNEIRO, 2013, p. 164).

Entende-se que a profissão docente vem sofrendo com os ataques de sucateamento da educação pública no Brasil. A sociedade capitalista massacra e desumaniza o trabalhador cada vez mais com seu chamado progresso, um certo progresso que beneficia apenas os grandes meios de produção e oprime uma outra parcela da sociedade. Antunes (2009) diz que, criam-se alternativas, a partir da década de 70, para esconder o trabalho precarizado, como: contratar sujeitos com salários baixos, cooperativismo, empreendedorismo, ser voluntário do mundo do trabalho, tudo isso, não passa de uma forma de maquiar a precarização do trabalho e emprego.

Um sistema que proclama a melhoria, afirma que tudo 'vai melhorar e o emprego irá aumentar' depois de certas reformas. Sabe-se que precarizar o serviço é uma forma de excluir o empregado do mercado de trabalho, pois esse profissional não terá mais uma segurança no que está sendo desenvolvido, de modo que a insegurança de perder aquele emprego começa a assolar seus dias, tendo assim, que se submeter a diversas horas de trabalho para que possa permanecer desenvolvendo suas funções.

Diante de políticas neoliberais que se objetivam transformar o campo do trabalho, bem como o processo de globalização, o sistema educacional também sofreu com essas modificações, tendo que, encontrar padrões para se enquadrar nesse novo processo que surge. É compreensível, segundo Lacerda (2017), que a inserção de políticas derivadas de reformas neoliberais, baseadas em políticas internacionais culminou intensificando o trabalho docente, de modo, que as

consequências dessas reformas foram o aumento do trabalho e a precarização do mesmo.

Ainda com a autora supracitada, é possível afirmar que:

A implantação de políticas sob a égide das reformas neoliberais, dignadas por organismos internacionais acarretou na intensificação do trabalho docente e, como consequência a precarização do mesmo e o mais grave é que o isso é uma formação em conformidade a lógica capitalista, o que dificulta o desenvolvimento da subjetividade, da reflexão e da crítica. (LACERDA, 2017, p. 18574).

Percebe-se que reformas implantadas na sociedade têm de modo perverso modificado a vida do trabalhador. Reformas protegidas pelo sistema neoliberal, guiada por políticas internacionais, que por um lado acaba beneficiando o meio de produção capitalista, e por outro, sobrecarregando o trabalhador e excluído de pensar de forma crítica-reflexiva no meio social.

Fazer do ensino público uma mercadoria é potencializar o retrocesso que o país vem sofrendo desde o período da redemocratização, é entregar o sistema educacional a grandes empresas que não estarão preocupadas com o futuro do país, tampouco com o desenvolvimento cultural, econômico, político e social. É, de fato, deixar que sujeitos sem nenhum conhecimento pedagógico entre em sala de aula e transforme alunos/as em ferramentas de trabalho para o mercado capitalista.

Dessa forma, neoliberais e conservadores pretendem acabar com a educação pública e com a carreira docente, excluindo a classe menos favorecida de adquirir conhecimento, de participar da política cultural, econômica e social. Acredita-se, que eles querem inserir de forma alienante na população uma lógica produtivista e empresarial, onde muitos não sabem do risco que o país está correndo; caso a reestruturação do ensino público venha acontecer e os danos que irá deixar, posteriormente.

É possível afirmar que, quando se fala em meritocracia estamos gerando uma certa desigualdade, seja parcial ou total. Não devemos colocar um sujeito contra o outro em um país tão desigual e violento, como é o caso de o Brasil. Implantar um projeto desse porte é destruir a democracia e tirar o direito do outro estudar – é necessário entender que o neoliberal é contra a educação e o que mais preocupam eles é o mercado; o dinheiro, a desigualdade, a violência, a miséria de uma Nação e não um povo pensante, crítico, ético, democrático e igualitário.

De fato, quando isso ocorre, Sheila Santos (2012, p. 233) afirma que: “[...] os homens voltam-se uns contra os outros, aprofundando o individualismo, neutralizando a mobilização coletiva e perdendo o poder de luta ao deixarem de assumir uma perspectiva classista em defesa dos direitos universais.” Desse modo, apesar do retrocesso existente no Brasil, é de suma importância trazer ganhos políticos que contribuíram com a história da democracia e para o desenvolvimento da cidadania; tais como: a conquista do voto para os analfabetos e ‘redução da desigualdade’, onde, de um lado, houve o avanço na cidadania política (direito de voto), do outro lado, a não participação popular na decisão governamental, é o que compreende Santos (2012), que essa participação não é interessante para classe dominante.

Segundo Borges e Anjos (2018), a falta de investimento na política pública educacional é um dos fatores que contribui para a desvalorização docente em nosso país. Entende-se que a ideia de mercado produtivo se intensifica cada vez mais nos centros universitários; com intuito de produzir conhecimento ‘frágil’ para o sustento do capitalismo, sem que o mesmo, sirva para uma reflexão crítica dos acontecimentos da realidade. Pois, o profissional do ensino pública superior, enfrenta um desmonte na educação causado pela falta de investimento em concursos públicos, levando ao caos o sistema educacional com propostas neoliberais para privatização das instituições de ensino e, sobretudo, a precarização e desvalorização do trabalho docente.

Para corroborar com Borges e Anjos (2018), Júnior e Cavaignac (2018) colocam que a educação pública vem passando por momentos delicados, por falta de investimento do Estado em infraestrutura, material laboral, melhores condições de trabalho para atender às necessidades do corpo docente e discentes das Instituições de Ensino Superior (IES). O sistema político e econômico alega que vive numa crise financeira, esses impactos acabam afetando a Educação Superior no Brasil. Quando isso ocorre, segundo os autores, a tendência é o aumento da pobreza; desemprego; precarização do trabalho; privatização das empresas e dos setores públicos; e acúmulo do capital para beneficiar um menor grupo que pertence ao poder.

Nesse contexto, conforme a educação superior avança por diversa parte do país, a lógica mercadológica acompanha esses avanços com a criação e implementação de empresas privadas que fornecem o ensino superior, assim como

afirma Júnior e Cavaignac (2018, p. 906), que existe a “[...] privatização interna das IES públicas, por meio da oferta de cursos pagos, como os mestrados profissionais, no financiamento público indireto para o setor privado, via Programa de Financiamento Estudantil (Fies), [...]”.

Um sistema falho, e talvez, com representantes incompetentes tornam o trabalho docente descaracterizado, a descaracterização aqui mencionada é entendida como a ‘não importância da identidade profissional docente’, a partir da precarização das condições de trabalho para o desenvolvimento de suas atividades.

Analisando a autonomia e identidade do trabalho docente, recorre-se a Mancebo e Franco (2003), esclarecem que, devido a flexibilização do trabalho docente, houve mudanças que prejudicam o corpo docente, ocasionando uma perda de identidade, pela alteração feita no ensino e na pesquisa. Essas mudanças podem ser percebidas, na forma de ensino flexibilizado, como cursos de curta duração, aula à distância e modos rápidos de produzir e adquirir conhecimento. Tem se mostrado constante na sociedade contemporânea, da mesma forma que ocorre nas linhas de produções, com a ideia de que tudo deve ser feito com eficiência e produtividade. Quando essa prática invade o campo universitário, é modificada, “retirando a formação e a prática profissional, assim como a produção de conhecimento, do campo da política e da ética.” (MANCIBO e FRANCO, 2003, p.34, *apud* LEMOS, 2011, p.107).

Trata-se da interpretação de que o profissional do magistério, de acordo com Saviani (2015), não se identifique como um profissional docente, descaracterizando o desenvolvimento de suas atividades como profissional, levando assim, aos poucos, uma concepção de que o exercício docente não passa de uma alternativa secundária de sobrevivência.

Nesse sentido, ao colocar a identidade do professor como descaracterizada, é importante destacar que há muito tempo é debatida a construção do conhecimento e o desenvolvimento do ser humano: envolvendo assim, a relação entre trabalho e educação. Com efeito, por mais que a relação entre ambas esteja ligada a existência humana, Saviani (2015) afirma que, entre a educação e o trabalho não existe consenso em seu exercício.

Os profissionais da educação superior, passam por condições de trabalho precárias durante seu exercício (lembrando as condições físicas, financeiras e psicológicas) sofridas por esses professores/as, fica claro a desvalorização da

identidade docente. Além das condições de trabalho precárias, não existe incentivo para dedicação exclusiva das atividades, já que:

[...] constata-se que a desvalorização do professor não está ligada apenas a falta de recursos financeiros. Ela é produto da própria dinâmica das relações sociais capitalistas. [...] Constata-se em meio aos professores, em muitas situações, um sentimento de desvalorização e descrença quanto à importância de seu trabalho no processo pedagógico, quando sabemos que é da maior relevância e significância no processo de ensino-aprendizagem. É inconcebível não considerar nesse trabalho a importância da apropriação de novos conhecimentos e de uma nova postura diante da realidade histórico-cultural de seus alunos. Não é o que ocorre na sociedade capitalista, que aliena o trabalho do professor, descaracterizando sua função educativa. (VAZ e FAVARO, 2010, p. 519, *apud* BORGES e ANJOS, 2018, p. 90).

Percebe-se a existência de vários fatores negativos que afetam diretamente o trabalho docente, da descaracterização profissional a desvalorização, fazendo com que o docente não se reconheça como profissional em tempo integral, uma vez que o trabalho exercido por ele/a (professor/a) não faça sentido.

O campo educacional como qualquer outro campo de trabalho, está submetido aos novos padrões de acumulação flexível, que vem assolando a sociedade contemporânea e implementando o trabalho flexível cada vez mais. Com isso, entra-se os contratos temporários como forma de redução de gasto público, como por exemplo, na contratação de professores/a e técnicos-administrativos, nas instituições.

O ensino superior é um dos níveis que têm enfrentado essas mudanças (do trabalho mais flexível), por exemplo, nas contratações de docentes substitutos/as para atender as demandas pela falta de professores/as efetivos/as, e também, pela falta de interesse do Estado em investir em concursos públicos para preencher essas lacunas. É claro, não podemos ignorar, que isso é fruto da privatização e acúmulo de capital.

Para Tonet (2007, *apud* Vieira e Maciel, 2011), são vários os processos de manifestação, ele aponta para o crescimento de instituições privadas que fornecem o ensino superior. Outra que tem se intensificado na sociedade contemporânea é o caráter mercantil da educação, caráter que estar presente tanto no setor privado quanto nos setores públicos.

Analisando a aplicação do caráter mercantil no setor público, na concepção de Vieira e Maciel (2011), culminam na diminuição de recursos financeiros para

atender às necessidades das instituições, as quais passariam por dificuldades orçamentárias. Que causaria graves danos em sua estrutura, levando ao processo de desmonte das Instituições de Ensino Superior Pública.

Tal dano, levaria a intensa criação de instituições privadas em parceria com universidades para que a população pagasse por seu próprio curso e adquirisse conhecimento, tal prática, que poucos iam poder participar, pois, numa sociedade com salários tão desiguais e, que muitas das vezes faltam-lhes alimentos, nem todos/as têm condições de manter mensalidades para aquisição de conhecimento.

O caráter mercantil não extingue a precarização do trabalho, nem gera mais empregos, apenas explora da força de trabalho, sob contratos temporários, deixando os profissionais vulneráveis e desvalorizados com baixos salários. Assim, introduz a lógica do mundo empresarial, com objetivo de acabar com autonomia da universidade pública. Além de, manter a relação de trabalho precária “[...] pela diminuição do quadro de professores e funcionários e aumento da carga de trabalho; pela introdução da perversa forma do ‘professor substituto’, precária, mal remunerada e sobrecarregada de trabalho” (TONET, 2007, p. 88, *apud* VIEIRA, MACIEL, 2011 p. 160).

Compreende-se que as condições precárias do trabalho chegam ao desenvolvimento da atuação docente nas Instituições de Ensino Superior, implica entender as causas e as condições sob as quais os setores públicos, embora sem fins lucrativos, têm tido suas rotinas modificadas para adaptar suas práticas à lógica neoliberal.

Nota-se que essas mudanças foram construídas há muitos anos, desde o surgimento do modo de produção capitalista, que se intensificou na sociedade a ideia de propriedade privada e se extinguiu o sentido do trabalho e emprego, colocando assim, a imagem das empresas e do capital no centro do desenvolvimento da sociedade. É notável, que este modo de produção vem cada vez mais ganhando espaço e privilegiando as empresas privadas, as quais ganham visibilidade a implementação de novos modos de trabalho, entendido por Silva, Ribeiro e Machado (2018), que as empresas visam apenas eficiência, produtividade e qualidade.

Com isso, entende-se que o capitalismo flexível vai se intensificando nas universidades públicas, é triste, porque esse sistema traz consigo péssimas condições de trabalho que afeta (m) os profissionais. Por exemplo, flexibilização,

professores/as sobrecarregados, corte de direitos trabalhistas, terceirização e contratações temporárias, ocasionando assim, o adoecimento aos profissionais do ensino superior e o ‘desmonte do sistema educacional por completo’.

### **3.4 O professor substituto como expressão mais explícita da precarização**

Os/as servidores/as contratados/as como docentes substitutos/as se deparam com poucas ações legais perante seus contratos. Tendo duas únicas legislações que asseguram esses profissionais, como por exemplo, o Decreto de nº 94.664/87, que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos e que menciona outras normas gerais a respeito destes profissionais. Também, a Lei nº 8.745/93 que estabelece a contratação de servidores por tempo determinado para que possa ser atendida à necessidade e os interesses públicos da sociedade de forma temporária, conforme as normas do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.

A Lei 8.745/93, propõe que a contratação de professores/as substitutos/as, precisa acontecer por um determinado tempo, sendo de interesse maior, atender às necessidades públicas temporárias. Essas necessidades temporárias ficam asseguradas pela mesma Lei, no art. 2º, para atender as circunstâncias de calamidade pública, a realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística efetuadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, assim como a admissão de professor/a substituto/a e professor visitante, admissão de professor e pesquisador estrangeiro e outros serviços, como também profissionais das forças armadas. Percebe-se que, as normas gerais, a regulamentação dos/as professores/as substitutos/as atende também outros profissionais.

A lei anterior também assegura o preenchimento de vaga por professores/as substitutos/as, assim como a própria instituição de ensino tem toda autonomia de escolher por meio de concurso público, com divulgação do edital e resultado em seus meios de comunicação. Em casos de urgências, é possível a contratação através de prova de título, técnica, ou científica profissional, assim como por meio de análise curricular.

Conforme o art. 4º da mesma lei, torna-se possível para o profissional substituto a contratação por tempo determinado, estabelecendo um período de 12 meses, vale ressaltar, que esse período pode ser prorrogado por igual, esclarecido no parágrafo 3º, onde, não será mais permitido ser prorrogado. Também, o professor que foi desligado não poderá ser contratado novamente, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu contrato anterior, segundo o artigo 9º, III da Lei nº. 8.745/93.

De acordo com a Lei 8.745/93, no art. 1º §1º:

§1º A contratação de professor substituto a que se refere no inciso IV far-se-á exclusividade para suprir a falta de docente da carreira, decorrente de exoneração e de afastamento ou licença de concessão obrigatória (Lei nº 9.849, de 1999).

Fica claro que é possível a contratação de professores/as substitutos/as nas instituições de ensino superior. É uma realidade que presenciamos nas universidades federais, acredita-se que estes vêm aumentando na substituição de professores efetivos, isto é, pelo fato de os governantes investirem menos na educação, políticas econômicas, técnicas e métodos para valorização desses profissionais.

A contratação temporária permitida por lei e adotada por diversas Instituições de Ensino Superior (IES) para anteder as demandas, devido à falta de concursos públicos para professores/as efetivos/as, percebe-se que essa modalidade tem ocorrido com frequência no modo de contratação de docentes substitutos/as. Denominação compreendida como: tempo determinado, precário, eventual e, podendo ser considerado como 'trabalhador/a faz tudo' (trabalhador/a flexível), pois estão submetidos/as a desenvolverem diversas atividades e atender várias disciplinas.

Vieira e Maciel (2011) caracterizam que são contratações que minimizam ou acabam com os direitos trabalhistas, que geram insegurança no/a trabalhador/a devido seu contrato ser por um determinado tempo. De modo que tudo é permitido, através dos editais é permitido a contratação de servidores/as substitutos/as para se submeterem as condições precárias de trabalho e, pior, tudo amparado por lei.

[...] tal modalidade está legalizada como necessária para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, permitindo aos

órgãos da Administração Direta e Autarquias do Poder Executivo efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições, prazos e regime especial previstos em lei.” (VIEIRA, MACIEL, 2011, p. 157).

Silva (2005, p. 59, *apud* VIEIRA e MACIEL, 2011, p. 157), quando discutido a questão da precarização do trabalho docente, entende que “podemos considerar o trabalho por tempo determinado, em uma concepção ampla, uma configuração de precariedade no trabalho [...]”. Percebe-se que essa modalidade não garante aos trabalhadores “[...] todos os direitos daqueles contratos por tempo indefinido, sobretudo às regras de dispensa como aviso prévio entre outros, além de gerar instabilidade e insegurança”.

Segundo Vieira e Maciel (2011, p. 157), os professores/as substituto/as, são levados a atender as necessidades das IES, sendo responsáveis em ministrar aulas, assumindo diversos componentes curriculares e, “[...] em geral, com muitas aulas para preparar, temas e assuntos para estudar, livros de chamada para preencher, provas para elaborar e corrigir, trabalhos para ler, alunos para atender.”

Isso mostra como o docente temporário está sobrecarregado com as funções que lhes são designadas. Acabam ficando sem tempo para desenvolver atividades para o seu próprio bem-estar, devido ser um/a trabalhador/a flexível, tendo que atender diversas demandas ao ‘mesmo tempo’, como forma de cumprir horário e, devido a insegurança e instabilidade. As autoras supracitadas expõem que a pesquisa e extensão são bases fundamentais no ensino superior, embora obrigatórias para as universidades, no entanto, o professor/a substituto/a tem suas atribuições apenas para o ensino, mantendo-se distantes das duas dimensões (pesquisa e extensão), parte importante para formação e construção do saber docente.

Para corroborar com Vieira e Maciel (2011), Lemos (2011, p. 108) entende que, os/as professores/as das universidades públicas são submetidos a desenvolverem quatro funções, são elas: “[...] o ensino, a pesquisa, a administração e a extensão [...]”. Compreende-se que o ensino, a pesquisa e a extensão são bases fundamentais para o desenvolvimento científico de uma universidade, definido até os dias atuais, pela Constituição de 1988 como função das universidades. Percebe-se que é dado ao docente mais uma ‘função extra’, colocado pela autora como administração.

Vive-se, pela incerteza de um emprego temporário, sobrecarga de trabalho, condições precárias, da desvalorização, da falta de prestígio social, adoecimento físico e mental e, muitas das vezes pela frustração do trabalho malsucedido dentro da instituição.

Vieira e Maciel (2011, p. 158), afirmam que a desvalorização do professor/a substituto/a ocorre devido “[...] a constante substituição de professores [...]” isso porque os contratos, geralmente, são de um ano, conforme consta no art. 4º da Lei sob nº 8.745/93, mencionada anteriormente, podendo ser prorrogados por igual período, “[...] evidencia a corrosão do significado (social) do trabalho do professor.” Acredita-se, que a desvalorização docente ocorre também por ter uma participação feminina maior nas ministrações de aulas, isso porque, baseiam-se na ideia de que a mulher serve para cuidar da casa, dos filhos/as e da educação dos mesmos, e de outras obrigações. É claro, que essas alegações machistas e patriarcais são as que mais colaboram para desvalorização e desprestígio da docência.

Vieira e Maciel (2011), ressaltam que o modo rotativo de professores/as nas Instituições de Ensino Superior não é colocado em pauta, o que acaba afetando o processo de ensino, em seguida, acarreta em prejuízos na aprendizagem do discente. Ressaltará, a importância docente, porque se compromete e se empenha em atender da melhor forma possível os/as alunos/as, mesmo em condições precárias de trabalho, se responsabilizam e ministram o conteúdo conforme é exigido pela ementa.

Explica Lourenção (2010), conforme avança as mudanças político-econômicas, desencadeia o surgimento da precarização do trabalho, afetando diretamente os setores intelectuais, levando, principalmente, a criação de empregos temporários em um contexto que o trabalho docente é um dos que mais são afetados, de forma clara, nessa lógica da precarização.

Mello (2006, *apud* LOURENÇÃO, 2010), afirma que a dinâmica do sistema capitalista afeta e desvaloriza o trabalho docente, o autor aponta que existe um processo de desqualificação, causada por carga-horária elevada desses profissionais. O/a professor/a substituto/a acaba se sobrecarregando com os acúmulos de aulas, isso ocorre devido à falta de professores/as efetivos, precarização do trabalho docente, privatização das estatais públicas e a implementação de empresas privadas no sistema educacional.

A intensificação leva as pessoas a tomar atalhos de modo que apenas é feito o que é essencial em relação à tarefa a ser imediatamente executada. (...) No processo, a qualidade é sacrificada pela quantidade. O trabalho bem feito acaba sendo substituído por trabalho que simplesmente se cumpre. (APPLE, 1997: 184, *apud* LOURENÇÃO, 2010, p. 4).

Percebe-se que a sobrecarga de trabalho realizada pelo corpo docente, em especial, o professor/a substituto/a, é notável que a precarização do trabalho docente está cada vez mais se intensificando na sociedade contemporânea. Levando, a entender que a forma da educação público está sendo transmitida sem qualidade em seu ensino. Isso porque os/as professores/as não conseguem disponibilizar um tempo adequado para melhor atender os discentes, devido à sobrecarga de trabalho que estão enfrentando por causa dos avanços do capitalismo selvagem e a reestruturação dos campos universitários.

A universidade como campo construtor do conhecimento científico, acaba sendo afetada negativamente no que abrange a pesquisa, pois, a sobrecarga de trabalho enfrentada por esses profissionais, é possível afirmar, que os docentes não terão tempo de desenvolver atividades voltadas para pesquisa. Chauí (2000), afirma que o alicerce de uma universidade é a pesquisa, ensino e extensão, com a sobrecarga, esse alicerce, de fato, será afetado.

O ensino, a pesquisa e extensão são o tripé de uma universidade pública, isso compreendido por Gentili (2001) e Chauí (2000, *apud* LOURENÇÃO, 2010), entendemos que os três são fundamentais para construção do conhecimento científico e para formação do cidadão. Não se pode negar essa base para o docente substituto/a, porque, onde não tem pesquisa, não tem conhecimento científico; onde não tem extensão, não se pode dizer que tem criatividade e transmissão do saber; logo, o ensino se torna fraco e não possibilita uma aprendizagem de qualidade para o sujeito, sem esse tripé que é de suma importância para construção do saber coletivo.

De modo que, quando as estatais são privatizadas, o número de contratos de servidores/as substitutos/as aumentam, isso porque os contratos temporários saem por um valor inferior em relação ao servidor/a efetivo/a. Diminuindo assim, os concursos públicos para contratação de pessoas para assumir cargos permanentes.

Conforme caracteriza Krein (*apud* LOURENÇÃO, 2010) sobre os efeitos da precarização do trabalho nos órgãos públicos, tem-se:

A lógica é fazer o superávit primário para viabilizar o pagamento da dívida. Ela tem duas consequências nas formas de contratação. Em primeiro lugar, inibe a realização de concurso público, pois o funcionário contratado torna-se uma despesa permanente. Com isso, estimula a contratação temporária, emergencial, de comissionados etc. (KREIN, 2007: 120).

As consequências da precarização do trabalho que assolam a sociedade contemporânea, trazem consigo a desigualdade salarial e a ausência do Estado em investir em melhores condições de trabalho para os servidores. Criam-se estratégias para contratos temporários, visando driblar as Leis Trabalhistas, com salários baixos e sem a possibilidade de plano de carreira para esses profissionais, em especial, o/a professor/a substituto/a da Educação Superior.

A precarização do trabalho é perversa, porque entrega instituições públicas para as propriedades privadas como forma de livrar o Estado de manter o trabalho seguro de cada categoria. Uma lógica mercadológica, que todos ou quase todos deveriam saber, que nesse jogo, apenas a burguesia irá tirar todo lucro do trabalho precarizado para sustentar o setor econômico.

O/a professor/a substituto/a fica submerso ao trabalho precarizado. Buscam adquirir experiência em universidades públicas para preenchimento de currículo, para que, posteriormente, possam realizar concursos para efetivos/as. E, ao apresentar seu currículo já se tem 'uma vantagem', porque já foi docente de uma instituição de ensino superior, quer seja estadual, quer seja federal, o que importa é, por mais que tenha trabalhado em condições precárias como temporário, o sonho de se tornar um professor/a efetivo/a é maior que qualquer expectativa e a experiência que possui já é de grande relevância.

Compreende-se que o trabalho intelectual está cada vez mais sofrendo com a reestruturação produtiva do sistema neoliberal, Lourenção (2010) afirma que essa prática está se aproximando do trabalho manual, por causa da desvalorização, perda de autonomia, estresse, desgaste físico e mental. Mostra-se como um sistema gerador de desigualdades, precarização e desmonte de padronizações que antes eram vistas como valorização do trabalho intelectual, nesse contexto, os que mais são afetados de forma direta e indireta, são os profissionais da educação que trabalham por contratos temporários.

Isso mostra uma política de contenção de gastos geradoras de consequências gravíssimas que atinge diretamente as instituições de ensino

superior, que degrada e sucateia a educação pública e, torna o ensino e aprendizagem sem qualidade.

Entende-se que são estratégias que o Estado encontrou para driblar os direitos trabalhistas e gastar menos na contratação de servidores permanentes, gerando assim, acima da média a contratação de profissionais temporários, com salários baixos, péssimas condições de trabalho e exploração do/a trabalhador/a. São contratos, interpretados por Chauí (2000) e Gentili (2001, *apud* LOURENÇÃO, 2010) que as universidades públicas estão cada vez mais se aproximando de uma privatização de seu funcionamento.

Compreende-se que o sistema educacional acaba sendo alvo da política econômica que busca fortalecer os interesses mercadológicos. A voracidade do mundo capitalista impulsiona o lucro para as grandes empresas privadas que se beneficiam da venda de conhecimento através de seus centros universitários, com intuito de que a educação seja alcançada por todos/as. Onde, na verdade, se tem uma “[...] parceria entre esfera pública e esfera privada para uma necessária superação dos problemas da educação nacional; uma estratégia viável do Estado neoliberal.” (MARTINS et al., 2009, p. 7663).

Estratégias desenvolvidas para superar a crise do sistema capitalista, na década de 1990, sob a ótica do neoliberalismo, exige que a educação superior precisa se adequar aos novos costumes do capitalismo ‘selvagem’, que alega a existência de uma suposta crise em sua conjuntura.

No que concerne à carência do corpo docente, prioriza-se a contratação precária (por tempo determinado). A precarização do trabalho docente abala a base de sustentação da instituição universitária (ensino, pesquisa e extensão), além de favorecer a desarticulação da categoria docente (...). Tais arranjos constituem novos problemas, por terem impacto direto sobre a qualidade e as condições de trabalho dos professores e servidores das Instituições de Ensino Superior (SILVA, 2007 p.298, *apud* MARTINS et al., 2009, p. 7664-7665).

É notável que o Ensino Superior vem se adaptando à lógica do sistema neoliberal, são práticas que afetam diretamente os trabalhadores/as e a população em geral, isso porque os trabalhadores/as irão permanecer em condições de trabalho precário, sem liberdade individual, com baixos salários e, prejudicados pela terceirização dos serviços públicos. Segundo Rocha (2002), a população corre o risco de ter o direito de adquirir conhecimento negado, devido a mercantilização do

ensino, uma vez aceito, muitos não terão condições de financiar o produto oferecido por algumas IES.

Nesse aspecto, de forma compatível com a ideia neoliberal, a ética individual significa, primeiramente, garantir a materialização dos princípios de meritocracia competitiva; em segundo, permite que eles estabeleçam critérios avaliativos deixando que as empresas responsáveis pelo ensino orientem as decisões em matéria de política educacional. Assim como, criar meios para premiar e castigar aqueles que não alcançarem e/ou estimulem a produtividade e a eficiência.

Nesse contexto, o corpo docente é afetado por essas mudanças impostas pelo sistema capitalista, isso significa que, as condições precárias de trabalho acabam aumentando dentro das Instituições de Ensino Superior (IES). O sujeito que mais serão impactados, de fato, são os professores/as substitutos/as e os discentes. Pois a maioria deles/as, além de terem diversas disciplinas para ministrarem nas IES, acabam levando atividades extras para resolver em casa, devido à sobrecarga de trabalho, muitas das vezes o ensino e aprendizagem não são transmitidos com a devida qualidade como deveria.

As exigências para os docentes substitutos são as mesmas cometidas aos educadores/as efetivos/as, é claro, sem plano de saúde e sem poder elaborar projetos de pesquisa e extensão. Podendo apenas participar como colaborador/a e, se preciso administrar aulas fora de sua área de conhecimento para suprir a falta de professores/as efetivos/as, por falta de concursos públicos.

A flexibilização do mercado tem colaborado bastante para desvalorização do corpo docente, conforme a ideia de empreendedorismo e a lógica empresarial avançam, as lacunas são preenchidas pelos setores privados, com objetivo de terceirizar os serviços públicos para melhor atender os desejos da população, que na verdade atende os desejos capitalistas. Em vista, um cenário vergonhoso de enxugamento de gastos que afetam as universidades públicas e tira o direito de muitos adquirirem conhecimento.

Nessa tangente, compreende-se que a docência possui seus desafios, desde transmitir seu conhecimento para discentes que muitas vezes são pessoas de mais idade, que há muitos anos deixaram a escola. Paralelo a isso os docentes enfrentam modos de trabalho precarizados com incerteza do contrato temporário que assola os trabalhadores da educação superior.

[...] sobre a docência no Ensino Superior são em muitos pontos divergentes entre si, de acordo com as condições estruturais que dispõem. Aos professores vinculados a Universidade pública incomoda-lhes as incertezas trazidas pela reduzida duração dos contratos de trabalho que, como consequência provocam certo grau de afastamento desse profissional com a dinâmica da IES tornando-se um mero “dador de aulas”, baseado em processos mecânicos de aprendizagem e sem propósitos mais duradouros e consistentes para a docência. (MARTINS et al., 2009, p. 7674).

Entende-se que o/a professor/a substituto/a não tem uma garantia dentro da universidade pública, pois, possuem um período determinado para prestação de serviço e, de tal modo, sente-se incomodado/a com a situação, o medo do desemprego, do adoecimento. Pode-se dizer que o desmonte da educação está ocorrendo, a contratação de docentes substitutos/as desmantela a base da universidade pública, que é, o ensino, a pesquisa e a extensão – onde os profissionais sob contratos temporários não desenvolvem pesquisa e extensão, são, de fato, políticas que sucateiam e precarizam o ensino superior, com a lógica, é claro, de terceirizar e fazer da educação superior um mercado de negócios, com objetivo implícito de desvalorizar cada vez mais o trabalho docente.

Novamente, pode-se dizer que são estratégias de emergências que o Estado encontrou para solucionar os efeitos da crise capitalista, uma forma também de enxugamento de gastos públicos e desmonte das Leis Trabalhistas. São práticas que afetam diretamente o/a professor/a substituto/a

[...] cuja característica primeira é a desvalorização de seu trabalho em virtude da flexibilização das relações trabalhistas. Muito mais que uma nova categoria, o que se vê é a transformação do professor do Ensino Superior em uma *peça* do mercado educacional. (MARTINS et al., 2009, p. 7675).

Compreende-se que os/as professores/as substitutos/as sentem uma insegurança em relação ao seu vínculo de trabalho, devido aos impasses que ocorrem dentro das instituições de ensino superior pela falta de concursos públicos. Sendo submetidos a trabalharem temporariamente e, tendo de assumir diversos componentes curriculares para cumprir sua carga-horária.

É nesse contexto que está inserido o docente contemporâneo, balizado pela lógica capitalista, vivendo, sobretudo, com pressões, pelas qualificações, como caracteriza Santos (2012, p. 238) “[...] pela proletarização da profissão docente e pela precarização das condições de trabalho.” Percebe-se que os profissionais da

educação não escapam da voracidade do sistema capitalista e de sua forma de flexibilização do trabalho. Modos precários, encontrado pelo Estado para redução de gastos na contratação de servidores/as. Buscam-se práticas que ajudam o setor político-econômico a se manterem de pé e a desmontar as Instituições de Ensino Superior (IES). É, o que Mancebo e Franco (2003, p. 193) expõe (m),

[...] reproduzindo no âmbito da universidade o mercado de trabalho diversificado e fragmentado, composto por poucos trabalhadores centrais, estáveis, qualificados e com melhores remunerações e um número cada vez maior de docentes periféricos, temporários, em mutação e facilmente substituíveis.

Vieira e Maciel (2011), afirmam que devido a flexibilização dos contratos temporários, é possível identificar dois tipos de professores/as, o docente substituto/a e o docente efetivo/a (permanente). Tal categoria (docente substituto/a) se torna instrumento frágil nas questões de reivindicações trabalhistas. Onde, “[...] a persistente presença do professor temporário no quadro docente das instituições de ensino superior públicas vai acostumando e acomodando todos os envolvidos, tornando-se algo normal e passando despercebido. [...]” (VIEIRA e MACIEL, 2011, p. 161). Isso mostra a lógica do mercado se perpetuando nas IES brasileiras, algo que tem se tornado cada vez mais frequente no modo de contratação pelo Estado. São práticas que estão se tornando normais, rotineiras, fato que revela como a flexibilização de contratos temporários ganha força na sociedade contemporânea, culminando em acumulações para a estatal e o setor econômico. Práticas que precarizam as condições de trabalho e desvalorizam ainda mais os docentes da Educação Superior, principalmente, os/as substitutos/as que trabalham com baixos salários, sobrecarga de trabalho e, sobretudo, sem plano de carreira e de saúde.

Vieira e Maciel (2011, p. 162) compreendem que o docente substituto/a é

[...] comumente sobrecarregado de turmas, de ementas, logo dos afazeres relacionados ao cotidiano da sala de aula. Sem as devidas condições de tempo para estudo, de remuneração para manutenção da vida, sem expectativa de continuidade do seu trabalho, ou em poucas palavras, sem as condições de trabalho necessárias, é bem possível que esse professor se prepare menos, saiba menos e, por conseguinte, ensine menos. [...].

Para as autoras, a prática do ensinar que criam hoje, é praticamente essa, isto é, a ideia de um serviço que pode ser desenvolvido por qualquer sujeito, que tendo a “melhor ou a pior formação”, possam exercer a docência.

Uma questão interessante que nos chama a atenção, na pesquisa desenvolvida por Vieira e Maciel (2011), e que ao mesmo tempo deixa-nos preocupados/as é que, os/as professores/as substitutos/as não identificam como trabalho precarizado os contratos temporários. Mas sim, como uma oportunidade e experiência para construção de seus currículos. É inquietante saber que os/as professores/as substitutos/as enxergam os contratos temporários como chance e oportunidade, os efeitos da flexibilização dos contratos de trabalho já fazem parte da vida desses trabalhadores, de modo que não percebem mais as condições precárias de trabalho, da exploração. É uma oportunidade vista por muitos/as e de construção de currículo, portanto, a mudança fica mais distante de acontecer.

Silva, Ribeiro e Machado (2018), afirmam que, a precariedade e o sofrimento psíquico enfrentado pelos profissionais substitutos/as estão cada vez mais presentes na sociedade, apontam ainda, para situações que podem ser consideradas como violência no trabalho. De fato, os professores/as temporários vêm passando por momentos complicados em sua carreira profissional, cada vez mais se intensifica o sofrimento desses docentes devido a precarização do trabalho.

Nesse sentido, a visão de que se tem do setor público é que está cada vez mais ineficiente e sem produção. Com isso, abre espaço para aplicação dos mesmos métodos de trabalho utilizados pelas fábricas e empresas privadas, ficando visível os cortes de gastos e enxugamentos nos setores públicos, entra então, a flexibilização das relações de trabalho e corte nos direitos trabalhistas. Ainda, com as autoras supracitadas, afirmam que, com isso, o Estado defende-se “[...] a ideia de um Estado mínimo, com o mínimo de intervenção nas leis de mercado [...]”. (SILVA, RIBEIRO, MACHADO, 2018, p. 3).

Para corroborar, Ribeiro e Mancebo (2013, p. 195 *apud* SILVA, RIBEIRO, MACHADO, 2018, p. 3-4) afirmam que:

Todo esse receituário das mudanças no mundo do trabalho, acompanhado de perto por um discurso que advoga a necessidade de enxugamento também das funções até então atribuídas aos Estados, atingem profundamente o serviço público. Na realidade, ocorrem, em muitas situações e países, uma desmontagem do setor produtivo estatal, ondas de

privatização que retiram setores, antes considerados estratégicos, da mão dos Estados nacionais.

Nesse aspecto, alguns dos direitos que foram conquistados por muitos que lutaram e resistiram as formas de repressões, opressões e desigualdades no Brasil, como é o caso dos direitos trabalhistas, passam, sobretudo, ser vistos como uma ameaça para o avanço do capital. Outros serviços públicos que sofrem com este método capitalista e corte é a educação, segurança e saúde. Direitos garantidos que aos poucos vão sendo extinto aos cidadãos, onde, privatizam-se tudo e dificultam o acesso aos mais necessitados, deixando assim, somente acessíveis aqueles que possuem poder aquisitivo para comprá-los.

Vale lembrar, o que se vê nas universidades públicas com frequência é a contratação de professores/as substitutos para suprir o déficit de profissionais por falta de investimento em concursos públicos. Muitos profissionais efetivos saem da instituição para aperfeiçoar seus conhecimentos, como doutorado, por licença médica, licença maternidade, falecimento e outros fatores que provocam a necessidade de afastamento.

Os profissionais com contratos temporários precisam ser valorizados, tanto pelas universidades quanto pelo Estado, sendo necessário ter o direito garantido de trabalhar na área de atuação a qual possui graduação. No entanto, Silva, Ribeiro e Machado (2018, p. 7), explicam que, “[...] o momento da distribuição de disciplinas, em que fica ‘entendido’ que somente professores efetivos ministram disciplinas no curso do próprio departamento de origem”.

Entende-se que os docentes substitutos/as não têm direito de escolha dentro da universidade pública, sabe-se que é necessário cumprir carga-horária de 20/40 horas semanais, ou seja, equivalente a 8 horas por dia. O que nos leva a entender que esses profissionais são obrigados/as a lecionar em diversas disciplinas para suprir necessidades pela falta de concursos públicos para professores/as efetivos/as, obrigando-os a trabalhar, muitas vezes em áreas que possuem pouco ou quase nada de conhecimento sobre o assunto.

Para corroborar, Silva, Ribeiro e Machado (2018, p. 7) afirmam que,

[...] em muitas circunstâncias, se não na maioria delas, resta ao professor substituto aquilo que não interessa aos professores efetivos. Ou seja, as disciplinas que não são de seu interesse são atribuídas ao substituto,

mesmo que não estejam relacionadas à área para a qual foi selecionado ou a sua área de pesquisa e estudo.

Isso mostra a vivência dessa categoria dentro do ensino superior brasileiro, o silêncio, mostra-se como tudo está se naturalizando de uma subserviência que, conforme isso vai ocorrendo, gera um certo desconforto em relação ao docente substituto/a com os colegas efetivos e com a administração/direção.

Outro ponto importante que nos chama (m) a atenção, em relação ao docente substituto/a são as limitações, como por exemplo, nas reuniões e assembleias dos departamentos, uma vez que, o direito de voz é garantido, enquanto o voto não, ficando restrito apenas para os efetivos. Desse modo, os/as professores/as acabam adoecendo devido a carga-horária elevada de seu trabalho, acúmulo de atividades, cobranças no desempenho, produções, algo que, desenvolve o desânimo e torna o trabalho docente exaustivo.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Processo metodológico da pesquisa**

Este capítulo tem como objetivo apresentar o percurso metodológico da pesquisa. De acordo com Minayo (2001), a metodologia é a conexão do conteúdo, o pensar do investigador, o método e a teoria caminham juntas, porém, o pesquisador precisa ser criativo, pois, a criatividade é de suma importância na construção de qualquer pesquisa. A pesquisa é o diálogo entre teorias, reflexões, criatividade e ação, onde a teoria é o aporte necessário e a resposta parcial do fato, apenas hipóteses, e leva a vários meios em relação ao que está sendo investigado, tornando assim, um conceito. Ainda, para Minayo (2001) sempre que a presunção for uma condição de hipótese demonstrada, as opiniões serão essenciais para a ordem dos objetos e das metodologias que precisam ou não ser pesquisadas.

Na concepção de Demo (2011), a pesquisa traz o questionamento reconstrutivo que nos leva a criticar o sistema político, social e econômico, onde o educador tem o compromisso com a formação do aluno crítico e orienta conforme seu desempenho no ensino-aprendizagem. Após incentivar o sujeito a pesquisar, torna-se essencial a forma de aprender e apreender, pois a investigação da realidade nacional, regional e local tem sua importância para o aprendizado, desde que não falte material nas escolas para realização das pesquisas por docentes e discentes.

Compreende-se que a pesquisa torna o sujeito mais crítico na sociedade, além de aprender bem, Demo (2011, p. 73) refere que, “[...] a pesquisa faculta viver desconstruindo e reconstruindo, atualizando-se incansavelmente, buscando novos horizontes; [...]”. A pesquisa é de extrema importância para ampliação do conhecimento do sujeito, fazendo bom uso dela, é possível entender fenômenos da sociedade que estão implícitos. O uso da pesquisa torna o mundo histórico (humano), capaz de desconstruir e reconstruir argumentos/aportes alheios com pensamentos críticos e propostas novas, para melhor desenvolvimento e entendimento das coisas presentes em seu meio de convívio.

Desta forma, para melhor entendimento do capítulo, o mesmo segue organizado inicialmente com o processo metodológico, trazendo o tipo de pesquisa,

o processo da pesquisa, as técnicas e instrumentos de coleta de dados, análise dos dados, cuidados éticos e socialização dos dados.

## **4.2 Tipo de Pesquisa**

O tipo de pesquisa escolhido foi a qualitativa uma vez que esta visa compreender os fenômenos humanos, buscando obter um detalhamento complexo através de análises científicas que ajudará o pesquisador. Esse tipo de pesquisa é importante porque se preocupa com os acontecimentos e transformações sociais. Além disso, ela estaria envolvida a outros tipos de pesquisas, segundo Demo (2013), como a pesquisa participativa, histórica, oral, pesquisa-ação, estudos de grupos e outros. É uma pesquisa de suma importância que leva o pesquisador a novos horizontes em suas observações.

Para corroborar com Demo (2013), Minayo (2001), explica que a pesquisa qualitativa se dedica a apreender significados, causas, sociedade e costumes, carregados de subjetividades, à medida que a pesquisa quantitativa busca o lado recenseador e concreto. Mesmo com uma certa diferença entre os meios quantitativos e qualitativos ambos se completam.

O processo da pesquisa qualitativa é dividido em fases, são elas: fase exploratória, em que se constrói o projeto de investigação, ciclo da pesquisa, que consiste no conjunto de métodos, técnicas e conceitos, trabalho de campo, que é realizado por meio de observações, entrevista, levantamento de dados, material, e, por fim, tratamento do material, que faz a classificação, ordenamento e análise de tudo que se tem.

Não podemos ignorar que desde o surgimento do ser humano, ele procura por respostas da existência das coisas, ou seja, explora seu conhecimento para explicar os acontecimentos, seja através das artes, da filosofia, da ciência ou da religião. Entende-se que a ciência é o caminho verdadeiro capaz de resolver enigmas presentes no contexto social, por meio dela é possível fazer explicações de tudo que está a nossa volta.

Vale lembrar, que até hoje, nem todos os problemas foram respondidos, como mencionado anteriormente, a ciência é um dos meios para se chegar as verdades. O

campo científico é cheio de polêmicas e desentendimentos, como por exemplo, o questionamento sobre a cientificidade.

Para Minayo (2001), a cientificidade, deve ser pensada como um instrumento regulador de análise e não como um sinônimo de normas e modelos que devem ser seguidos. A autora explica que “[...] A história da ciência revela não um "a priori", mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento”. (MINAYO, 2001, p. 12).

Nas ciências sociais, o ser humano e suas relações são objeto a ser estudados, é uma fonte rica que possui consciência histórica. Ressalta-se que nas ciências sociais, existe a identidade entre o objeto e o sujeito, já que, as ciências sociais são intrínsecas e qualitativas.

Percebe-se que a ciência nos direciona para explicação de como tudo funciona na sociedade, a quantitativa, nos mostra as coisas com mais precisão, indicando de tal forma como funciona. A ciência nos proporciona a explicações sobre as coisas físicas presentes em nosso convívio, assim como, biológicas e sociológicas. É através dela que se adquire explicação para o funcionamento das coisas. Nota-se que a ciência, com auxílio da pesquisa consegue explicar o surgimento das coisas de modo geral.

### **4.3 O Processo da Pesquisa**

Entende-se que um problema é qualquer questão que se pretende responder. Como afirma Gil (1999, p. 49), “problema é qualquer questão não resolvida e que é objeto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento”. De modo simples, problema é uma questão que por meio da pesquisa é possível chegar a uma resposta, onde, todo processo da pesquisa procurará solucionar o problema de forma clara e objetiva para melhor compreensão e apresentação dos resultados.

Para isso, buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais as interfaces da precarização do trabalho que afetam as relações e condições de trabalho dos/a docentes temporários nas universidades federais diante as novas configurações assumidas pelo ensino superior no Brasil no contexto atual?

O/a professor/a substituto/a não deixa de ser importante nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, servindo para atender as necessidades do Estado e

aturem nas Universidades Públicas. A forma de contratação de professores/a substitutos/a nas instituições de ensino vem cada vez mais aumentando, tendo em vista que esses profissionais interferem diretamente nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, porém, ao se tratar de um contrato temporário, esses docentes não podem participar de todas as atividades desenvolvidas no centro universitário. portanto, estas atividades estão restritas apenas para professores/a efetivos e são eles/a os únicos responsáveis em desenvolver projetos de pesquisa e extensão.

Sabe-se que esses profissionais se preparam para substituir o docente efetivo que se afastou do campo de trabalho para realização de estudos como, doutorado, especialização, pós-doutorado, licenças, falecimento, entre outros.

Vale ressaltar, que os professores substitutos ingressam nas universidades para realizar atividades em sua área de conhecimento, e no fim terminam sobrecarregados com diversas disciplinas, ficando assim, sem condições de participar de grupos de pesquisas, ficando restritos apenas para um ensino de reprodução, sem desenvolver a criticidade, como coloca Moreira (1994, p.133),

Não se faz pesquisa, ainda, sem professores qualificados e com tempo disponível para pesquisar. Não se faz pesquisa com professores sobrecarregados de aulas. Não se faz pesquisa com professores substitutos, mal remunerados e trabalhando em tempo parcial. [...].

O motivo pelo qual o tema foi escolhido, iniciou-se no ano de 2017, quando se começou a observar de maneira empírica o ingresso de vários profissionais substitutos na instituição de ensino superior. Procurou-se compreender as relações de trabalho com os colegas efetivos dentro da universidade, com intuito de mostrar os desafios enfrentados por esses educadores/a nas instituições federais, assim como os pontos positivos na carreira destes docentes. Sobretudo, decidiu-se estudar com profundidade a questão do professor substituto na instituição superior e a precária situação de trabalho enfrentadas por eles (as).

Ainda, para melhor compreensão da temática e, melhor entendimento de como são a trajetória desses professores/a substitutos/a nas instituições de ensino superior no Brasil, e afim de dar subsídios ao problema de pesquisa, foram construídas as seguintes questões orientadoras: Como se estabelecem as relações entre os professores substitutos e efetivos? Os/as professores/as substitutos têm as mesmas condições de trabalho que os efetivos? Existe uma desvalorização dos

professores/as temporários entre os docentes efetivos e os discentes? De que forma a precarização do ensino superior afeta os/as professores substitutos? Quais as percepções destes sujeitos sobre as condições e relações de trabalho instituídas no contexto universitário brasileiro?

No intuito de operacionalizar o processo investigativo foi criado o objetivo geral, que consiste em:

Desvendar as interfaces da precarização do trabalho e seus impactos nas relações e condições de trabalho dos/a docentes temporários nas universidades federais brasileira, com vistas a elucidar os aspectos geradores da desigualdade salarial e da não participação na execução de projetos de pesquisa e extensão.

Para que a pesquisa seja fundamentada e obtenha resultados confiáveis, foram construídos os seguintes objetivismos específicos:

- ✓ Comparar como as relações de trabalho dos/a docentes substituto/a e efetivo/a se estabelecem;
- ✓ Compreender as condições de trabalho do/a docente efetivo/a e substituto/a na instituição superior;
- ✓ Entender de que forma a precarização do ensino superior atinge direta ou indiretamente o professor/a substituto dentro da universidade;
- ✓ Conhecer as normas e diretrizes do trabalho expostas para o docente substituto/a no centro universitário.

Dessa forma, pretende-se averiguar as condições de trabalho dos professores substitutos das Instituições de Ensino Superior, procurando entender de que maneira ocorre a desvalorização desses profissionais, buscando compreender a precarização do trabalho e o porquê do aumento da contratação dos serviços de deles (professores).

Portanto, a investigação sobre os professores/as substitutos/a das universidades federais brasileira, apesar de haver poucos estudos, torna-se uma estratégia importante para valorização do educador/a, com vista a contribuir para o campo científico, apresentando, a realidade vivida por esses profissionais e os desafios enfrentados por eles/a no momento de suas contratações.

#### 4.4 Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados

Para Lakatos e Marconi (1991, p. 165), “a fase de coleta dos dados, é tarefa cansativa e toma, quase sempre, mais tempo do que se espera, exigindo do pesquisador paciência, perseverança e esforço pessoal, além do cuidadoso registro dos dados e de um bom preparo anterior.”

Como técnica, optou-se pela realização da pesquisa bibliográfica e análise documental, que para Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5, *apud* JUNIOR et al., 2021, p. 37), a Análise Documental é “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Já a pesquisa bibliográfica, conforme expressa Severino (2007, p. 122), é o

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Compreende-se que a pesquisa bibliográfica é realizada através de livros, artigos científicos, teses, documentos já elaborados, tendo como objetivo a revisão de leituras sobre um determinado tema. A “principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais amplos do que aquelas que poderiam pesquisar diretamente.” (GIL, 2008, p. 50).

#### 4.5 Universo e Amostragem

Antes de apresentar universo e amostragem, é de suma importância adquirir conhecimento sobre esses dois termos. Appolinário (2004), caracteriza se por população ou universo, um conjunto de elementos que possuem um conjunto de características comuns que os definem. Portanto, é a totalidade de indivíduos que se caracterizam em objeto a ser analisado. A amostra é o subconjunto de indivíduos

extraído de uma população através de técnicas de amostragem, dessa forma, uma amostra é a representatividade de uma certa população.

Sendo assim, utilizou-se da amostragem não probabilística, significa que, em uma determinada pesquisa, nem todos os participantes têm chance de ser entrevistado. Para Gil (1999), a amostra não probabilística não necessita de fundamentação matemática, tampouco de regras estatísticas, isto quer dizer, que depende apenas do pesquisador.

Quanto ao procedimento selecionado da amostra a ser estudado, escolheu-se a intencional. Que para Gil (2008), a amostragem por tipicidade ou intencional, é aquela que seleciona um determinado grupo da população que, através de dados já existentes, pode, sobretudo, servir como representação de toda população. Dando vantagens ao pesquisador por seus baixos custos de sua seleção. Entretanto, é preciso que o pesquisador tenha um conhecimento considerável da população e subgrupo escolhido.

Compreende-se, de acordo com o autor supracitado (2008, p. 94) que “[...] Quando esse conhecimento prévio não existe, torna-se necessária a formulação de hipóteses, o que pode comprometer a representatividade da amostra. [...]”.

Assim, o universo pesquisado envolveu produções acadêmicas como: artigos, livros, teses e dissertações que abordam o ensino superior das universidades federais brasileira, escolhida como ferramenta de estudo e para entendimento do trabalho docente substituto/a. Além dos artigos estão os documentos como (Parecer do MEC; edital sobre a contratação de docentes substitutos da Unipampa; contrato de regime de trabalho para substituto da Unipampa; Normativa da Unipampa sobre o trabalho docente; portarias e outros). Sendo a amostra composta pelos profissionais da educação superior, buscando assim, elucidar os fenômenos que cercam esses docentes por meio de pesquisa bibliográfica.

Definida a metodologia da amostragem, procedeu-se a elaboração do quadro 1, constando a classificação das bibliografias.

Quadro 1 – Classificação da Amostra

Área de conhecimento	Ano	Autor/a	Título	Palavras-chave	Fonte de acesso
Ciências Sociais	2010	LOURENÇÃO, Fernanda Galisteu	Professores temporários e o trabalho docente	Docente Temporário, Precarização do Trabalho, Flexibilização.	Google Acadêmico
Ciências Sociais	2011	LEMOS, Denise	TRABALHO DOCENTE NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: tensões e contradições	alienação, precarização, trabalho docente, universidade, educação superior.	Scielo
Direito	2018	BORGES, Guilherme Sousa; ANJOS, José Humberto Rodrigues dos	A eventualidade no magistério do ensino superior: uma reflexão a respeito da proletarização do trabalho docente	Trabalho docente. Precarização do trabalho. Políticas Públicas.	Google Acadêmico
Educação	2018	JÚNIOR, Antonio Germano Magalhães; CAVAINAC, Mônica Duarte	Formação de professores: limites e desafios na educação superior	Educação Superior; Formação de Professores; Trabalho Docente	Scielo
Educação	2018	TUNDIS, Amanda Gabriella Oliveira; MONTEIRO, Janine Kieling; SANTOS, Anelise Schaurich dos; DALENOGARE, Franciele Santiago	Estratégias de mediação no trabalho docente: um estudo em uma universidade pública na amazônia	Psicodinâmica do trabalho; Setor público; Trabalho docente; Universidades	Scielo
Educação	2013	CARNEIRO, Priscilla Oliveira	Ensino superior no brasil e o trabalho docente	Ensino Superior. Trabalho. Profissão Docente. Precarização.	Google Acadêmico

Educação	2011	VIEIRA, Renata de Almeida; MACIEL, Lizete Shizue Bomura	Repercussões da acumulação flexível no campo educacional: o professor temporário em questão	Docência Temporária. Ensino Superior. Trabalho e Educação.	Google Acadêmico
Educação	2010	SANTOS, Sheila Daniela Medeiros dos	A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças	Acumulação flexível; trabalho docente; Ensino Superior; papéis sociais.	SciELO
Educação	2009	MARTINS, Maria da Conceição R; DAMASCENO, Ana Daniella; SOBRAL, Karine Martins; SILVA, Elisângela André da; SILVA, Lidiane Rodrigues Campêlo da	Professores temporários: uma nova perspectiva para O mercado da educação	Docência. Ensino superior. Professor substituto. Professor eventual.	Google Acadêmico
Psicologia	2018	SILVA, Solange Lopes da; RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos; MACHADO, Brenda Barros	“A gente está sempre com a guilhotina no pescoço”: precariedade e violência no trabalho docente	Ensino superior, professor substituto, sofrimento no trabalho.	Periódicos Capes
Psicologia	2017	OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; PEREIRA, Maristela de Souza; LIMA, Luana Mundim de	Trabalho, produtividade e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras	Trabalho docente; universidade; saúde do trabalhador	SciELO
Educação	2018	PIOVEZAN, Patricia Regina; DEL RI, Neusa Maria.	A precarização do trabalho docente em Portugal	Trabalho precário docente, flexibilidade, arrocho salarial	Google Acadêmico

Educação	2016	KOGA, Yáscara Michele; GUINDANI Evandro Ricardo	A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA DIANTE DOS DETERMINISMOS ECONÔMICOS	educação. neoliberalismo. determinações econômicas.	Revista CAMINE
Educação	2011	GUINDANI Evandro Ricardo	O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NOS PPGs DE TEOLOGIA: da institucionalização à inserção no sistema Capes	Programa de Pós-graduação. Campo de conhecimento. Teologia. Capes.	Repositório Institucional da UFSC

Fonte: Sistematização do autor, 2020.

#### 4.6 Análise de Dados

Teixeira (2003), coloca que análise e interpretação de dados são metodologias inseparáveis, isto quer dizer, estão intrinsicamente ligadas uma à outra. De acordo com Gil (1999, p. 168), “[...] a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos”.

Nesta pesquisa, optou-se pela análise de conteúdo, entendida por Bardin (1977, p.42), como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos [...]”.

Para corroborar com Bardin (1977), Minayo (2001, p. 74), refere que esta pode ser “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Diante das informações, apreende-se que análise de conteúdo é um conjunto de técnicas das comunicações, com objetivo em ultrapassar as incertezas e deixar a leitura mais eficaz no momento da coleta dos dados, tanto em pesquisas qualitativas como em quantitativas.

Desse modo, Chizzotti (2006, p. 98), afirma que, “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”.

Sendo assim, diante das diversas etapas e aproximação terminológica, pretende-se utilizar as etapas descritas por Bardin (1977), que são: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; e 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

A primeira fase, propriamente dita, corresponde a fase para organização do material a ser estudado, com finalidades de torná-las operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de forma a conduzir “[...] a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. [...]” (BARDIN, 2011, p. 125).

**A pré-análise** tem por objetivo, segundo Bardin (2011), a organização, por etapas:

- a) A leitura “flutuante – é o momento em que o pesquisador estabelece um contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando assim, as ideias fluírem e de possuir orientações, dessa forma, pouco a pouco, o pesquisador percebe que a leitura fica mais precisa, “em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas [...]” (Bardin, 2011, p. 126);
- b) A escolha dos documentos – consiste na definição do material a ser analisado;
- c) A formulação das hipóteses e dos objetivos – hipótese é uma forma de afirmar algo de modo provisório que se deve verificar, apoiando-se do material de análise. O objetivo, segundo (BARDIN, 2011, p. 128), “[...] é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fornecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados serão utilizados”;
- d) A referenciação dos índices e a elaboração de indicadores – modo em que o pesquisador passa a interpretar os documentos de análise.

A segunda etapa, **exploração do material**, consiste no momento em que o pesquisador irá codificar o material, ou seja, utilizará dos recortes dos textos em unidades de registros. Sendo necessário transformar os dados brutos do texto, permitindo assim, que as informações fiquem suscetíveis de esclarecer o analista acerca dos atributos do conteúdo.

Bardin (2011) afirma que codificação corresponde a transformação, através de recorte, agregação e enumeração, com base em regras precisas dos dados do texto, representando assim, as características do texto.

A terceira etapa diz respeito ao tratamento dos resultados, a **inferência e a interpretação**. Esta fase direciona-se ao tratamento dos resultados; pode-se dizer que é o momento de lapidação das informações para análise, chegando, desse modo, nas interpretações inferenciais.

Assim sendo, (BARDIN, 2011, p. 131) coloca que o analista, tem “[...] à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos [...]”. Nota-se que este é o momento em que o pesquisador deve fazer análises críticas e reflexivas a respeito do objeto estudado e interpretar de maneira clara para que obtenha resultados significativos e fiéis.

#### **4.7 Cuidados Éticos e Socialização dos Dados**

Quando nos referimos as questões éticas no Brasil, talvez, pareça até coisa de outro mundo para muitas pessoas. Possuir bons costumes são valores que devem ser praticados no cotidiano e preservados para que atos injustos de discriminação não volte a ocorrer como em séculos passados. Para compreender melhor os valores éticos, Nosella (2008, p. 257), explica que a ética “referem-se ao mundo dos valores, hábitos, deveres e obrigações, ao certo ou errado, ao bom ou mau, ao justo ou injusto”.

Diante das informações, compreende-se que a ética está relacionada aos atos das práticas do ser humano no cotidiano, culminando assim, em uma conduta aceitável pela sociedade. Os valores éticos aparecem quando os sujeitos começam se relacionar com o outro, estabelecendo ligações sociais. Por meio das escolhas dos sujeitos em sociedade, surge a questão do bem e do mal conforme ele convive com as outras pessoas, norteando assim em consequências dos valores pela escolha do sujeito.

A utilização dos princípios éticos é de suma importância para o desenvolvimento de uma pesquisa, evitando-o que pessoas fraudem ou plagiem trabalhos desenvolvidos com muito cuidado, desse modo, utilizando-o de forma

correta implica em um material de confiabilidade para os leitores e credibilidade para o autor.

De acordo com Pithan e Oliveira (2013, p. 241) “a publicação científica feita de forma eticamente correta tem relação com a credibilidade da ciência e com a própria reputação do autor da pesquisa, que busca reconhecimento comunitário pelos seus estudos e descobertas”.

Do ponto de vista legal, tem-se a Resolução 510/2016, que se preocupa com os aspectos éticos nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, buscando definir as normas para realização de uma pesquisa quando, no caso, envolver seres humanos. A presente Resolução busca preservar a integridade do indivíduo na pesquisa, individual ou em coletividade, assegurado por quatro meios básicos da bioética, que são eles: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros. A Resolução visa assegurar as direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos participantes da pesquisa e ao Estado.

Conforme a Resolução 510/2016, em seu Artigo 3º, preceitua sobre os princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, com isso, torna-se o desenvolvimento da pesquisa mais segura em relação as informações prestadas, garantindo assim, a confidencialidade das informações, a garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas, que venham de modo algum, causar danos aos participantes, dessa forma, pretende-se ser fidedigno as fontes, não fazer modificações das informações, não cometer o plágio.

Para o atendimento dos princípios éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, pretende-se obedecer e atender o que é exigido no Capítulo II e no Art. 3º, da Resolução 510/2016:

II – defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo nas relações que envolvem os processos de pesquisa; III – respeito aos valores culturais, sociais, morais e religiosos, bem como aos hábitos e costumes, dos participantes das pesquisas; IV – empenho na ampliação e consolidação da democracia por meio da socialização da produção de conhecimento resultante da pesquisa, inclusive em formato acessível ao grupo ou população que foi pesquisada; V – recusa de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de indivíduos e grupos vulneráveis e discriminados e às diferenças dos processos de pesquisa; VII – garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz; VIII – garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas em pesquisa em prejuízo dos seus participantes; e IX – compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de não criar, manter ou ampliar as situações de

risco ou vulnerabilidade para indivíduos e coletividades, nem acentuar o estigma, o preconceito ou a discriminação.

Com base nas informações anteriores, cabe ao pesquisador ser fiel as fontes e não manipular os dados obtidos durante a pesquisa. Manter o respeito diante do objeto analisado para que a pesquisa seja válida e tenha credibilidade, podendo assim, ser utilizadas por outros autores/a e, que possa de alguma forma contribuir para o meio científico e para sociedade.

A socialização dos dados torna-se importante tanto para o pesquisador, para sociedade acadêmica, quanto para população fora do mundo universitário. Esse será o momento de apresentar as informações obtidas pelo autor perante o processo da pesquisa, tornando os resultados acessíveis nos meios de comunicação da instituição, biblioteca e outros, buscando que todos tenham acesso ao material e que possam compreender as ideias chaves do autor, relacionado a temática proposta.

Contudo, os dados serão socializados através do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tornando público as informações tanto para comunidade acadêmica, quanto para a população em geral. Selltiz (1972, p. 499) diz que, “os resultados mais notáveis têm pouco valor se não forem comunicados aos outros”, para corroborar com Selltiz (1972), Gerard Piel diz que, “Sem publicação, a ciência é morta” (*apud* AZEVEDO, 2001, p. 81).

Portanto, posteriormente, pretende-se tornar público todas as informações e resultados obtidos deste estudo, além dos meios de comunicação citados anteriormente, através de publicações em revistas, artigos, livros, simpósios nacionais e internacionais para que todos tenham conhecimento da pesquisa e a importância do trabalho dos professores/a substitutos/a nos centros das universidades federais brasileira.

## **5 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Compreende-se a importância do professor substituto nas instituições de ensino superior, sabe-se que esses profissionais estão sujeitos a condições precárias de trabalho e sobrecarga de atividades. Ficando submissos às políticas de contratação do MEC, meios legais que facilitam a contratação de substituto, como a Lei 8.745/93. Bem como se tornam vítimas da política neoliberal, sucateamento da educação e contrato temporário, como discutido no decorrer deste capítulo.

### **5.1 A política de contratação de pessoal do MEC em 2020 e seus desdobramentos**

Fato recente, que pode ser utilizado como prova da precarização e desmonte da educação pública, é o Ofício 01/2020 enviado pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (Sesu/MEC) para as Instituições Federais de Ensino, comunicando que os concursos públicos para docentes e técnicos efetivos nas IFEs, no ano de 2020 estão suspensas. Isto é, na prática, as instituições estão sem permissão para realizar a contratação de professores. Cabe salientar, que essas definições estão asseguradas pela Portaria sob nº 1.469, impostas e que legitimam o sucateamento da educação e do trabalho docente.

O documento deixa claro que, para o conhecimento de todos, “[...] cumprenos reiterar que não estão autorizados, até a presente data, provimentos de cargos de docentes e técnicos nas universidades federais para o ano de 2020.” (Ofício 01/2020, p. 1). Ainda, conforme Portaria nº 1.469, no 4º parágrafo, consta que os dirigentes devem manter atenção no sentido de não promoverem provimentos até segunda ordem do Ministério da Educação – MEC para realização de concursos.

Nessa perspectiva, as contratações para profissionais da educação superior só serão autorizadas quando ocorrer a publicação da Lei Orçamentária Anual, que segue parecer do Sesu/MEC, contendo o número de vagas disponíveis, com vista também, para a ampliação do quadro de professores/as e técnicos. Compreende-se, segundo a ANDES, que a autorização depende de recurso disponível para que as IFE possam abrir processos seletivos, seguindo normas do MEC.

Essas medidas foram colocadas pela Portaria 1.469, de 22 de agosto de 2019, a qual afirma que, de acordo com o artigo 1º:

[...] os secretários da Secretaria de Educação Superior – SESU e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC divulgarão, junto às Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, os limites de provimento de cargos autorizados nos bancos de professor-equivalente e nos quadros de referência de servidores técnico-administrativos em educação para o exercício de 2020.

Percebe-se que tal documento, serve para salientar aos reitores das universidades que não há possibilidade de realização de concurso público, para contratação de servidores para provimento de cargos vagos em 2020. Ainda, é possível entender, caso ocorra a contratação de pessoal para o cargo vago, que pode acarretar na anulação de tal processo seletivo, além de, ser considerado como irregular diante da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Antônio Gonçalves, presidente do ANDES-SN, afirma que houve a redução no orçamento na pasta do sistema educacional ao longo dos anos. Nesse contexto, compreende-se que a precarização nas condições de trabalho e desenvolvimento da produção de conhecimento nas IFE, nos próximos anos, correm um grande risco de chegar a altos patamares da interrupção do funcionamento das instituições.

Essas imposições vindas do Ministério da Educação (MEC), mostram-se como um ataque ao pleno desenvolvimento e autonomia das universidades. O chefe executivo da ANDES-SN, relembra que várias IFEs já realizaram processos seletivos e que no banco de dados ou cadastro reserva existem docentes que aguardam serem chamados, qual encontra-se suspenso também. Isso mostra a urgência na contratação do corpo docente e técnicos administrativos para o pleno desenvolvimento das universidades, institutos e nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

Isso mostra os efeitos de uma política neoliberal na sociedade contemporânea, que promovem a interrupção da contratação de professores e técnicos nas IES, como estratégia para justificar a crise na economia e fazer com que as Instituições de Ensino Superior enfraqueçam sua potência de desenvolvimento e qualidade em sua prestação de serviço para o público. De modo que, sobrecarregue os educadores/técnicos efetivos, levando assim, ao

adocimento desses profissionais, contribuindo para o sucateamento e desmonte da educação pública brasileira.

No ano de 2020, ano em que o mundo começou a sofrer um ataque do Coronavírus – Covid-19, o Ministério da Educação (MEC), suspendeu a contratação de mais de 19 mil professores/as e técnicos já aprovados em processos seletivos, para atender às necessidades das universidades federais. Estratégia essa, segundo Marques (2020), que “podem servir tanto para vacâncias futuras como para vacâncias emergenciais.” Percebe-se que aos poucos ocorre o desmonte do ensino público superior, precarização das condições de trabalho e sobrecarga para os docentes e técnicos já presentes nas universidades.

A Universidade de Brasília – UnB, devido ao documento que suspende a contratação de pessoal para o quadro docente e técnico, foi impedida de contratar 207 docentes efetivos e 335 técnicos. De acordo com a Pró-Reitora Carla Búrigo<sup>1</sup> (2020), “[...] a medida do MEC afeta nomeações referentes a concursos em andamento, pois os aprovados em concursos realizados em 2019 já foram nomeados no ano passado. [...]”. Nota-se que esses empecilhos nas contratações de professores/as efetivos/as e técnicos nas IES contribuem para o sucateamento e precarização do serviço público.

Percebe-se que tal documento acaba afetando a autonomia das universidades públicas do país, além de ser um ataque às universidades, afeta, diretamente os docentes substitutos por ficarem impedidos de assumirem suas vagas, mesmo tendo sido aprovados em certames anteriores. João Carlos Salles<sup>2</sup>, reitor da Universidade Federal da Bahia – UFBA, responsável por manter a contratação de professores/as, mesmo depois do Ofício do MEC, afirma a importância da contratação de professores substitutos, isso porque dentro da instituição alguns professores/as efetivos/as se ausentarem para realização de cursos, doutorado ou até mesmo caso de aposentadoria ou falecimento.

Segundo Salles, sua posição não se trata de desobediência ao MEC, pois o mesmo já tinha ciência de que havia docentes aprovados em concurso do ano de 2019. O Reitor afirma que na instituição existe um banco de professores, quando

---

<sup>1</sup> Entrevista disponível no site APUFSC – Sindical – Professores pela Universidade Pública – Chico Sant’Anna. <<https://www.apufsc.org.br/2020/01/16/mec-proibe-universidades-de-contratar-professores-em-2020/>>.

<sup>2</sup> Depoimento disponível em Educação Uol. Bermúdez e Madeiro. <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/02/18/apesar-de-oficio-do-mec-ufba-mantem-contratacao-de-professores.htm>>.

ocorre aposentadoria, a universidade tem o direito de realizar concurso para substituição, de forma que, a cada ano, é necessário informar previsões de concursos. Para Salles, todas essas informações foram repassadas ao Ministério da Educação em 2019, e os concursos foram realizados. Não podendo assim, ser interferidos por decisões posteriores, sendo que, todo processo ocorreu dentro da legalidade.

Entende-se que os docentes não são apenas um instrumento que fica em sala de aula, o/a professor/a precisa sair para aperfeiçoar seus saberes, cuidar da saúde pessoal ou familiar, de modo que, surge a necessidade de se ausentar. Por isso, quando a contratação de pessoal para assumir esses cargos vagos, não ocorrem, os docentes ficam sobrecarregados devido à falta de profissionais nas IES. Nesse sentido, tanto a carga-horária do docente efetivo/a, quanto do substituto/a acabam aumentando, isso ocorre porque, quando não estiver em seu ambiente de trabalho, que é a universidade, o mesmo acaba realizando atividades extras em casa, utilizando assim, os dias de lazer/folga para resolver questões de seu trabalho.

## 5.2 Os marcos legais que asseguram a contratação dos docentes substitutos

Para melhor entendimento do tema estudado, elaborou-se um quadro contendo editais de Processos Seletivos Simplificados da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), cujo números são: Edital 001/2020; 239/2020; 264/2020; 107/2021; 138/2021; 202/2021; 036/2021; e 285/2021, referentes aos anos de 2020 e 2021, com informações sobre docentes substitutos/as e números de vagas destinadas a cada curso ou campus. Nas buscas realizadas, constatou-se que nos anos mencionados não houve lançamento de editais para docentes efetivos.

<b>DOCENTES SUBSTITUTOS</b>					
<b>2020</b>			<b>2021</b>		
<b>Curso</b>	<b>Campus</b>	<b>Nº de vagas</b>	<b>Curso</b>	<b>Campus</b>	<b>Nº de vagas</b>
Zootecnia	Dom Pedrito	1	Relações Públicas/ Publicidade e Propaganda/ Jornalismo	São Borja	1

Ciências da Computação	Itaqui	1	Agronomia/Veterinária/ Zootecnia/ Ciências Econômicas/ Ciências contábeis/ Administração	Itaqui	1
Ciências Econômicas	Santana do Livramento	1	Enologia/ Viticultura e Enologia	Dom Pedrito	1
Música	Bagé	1	Administração	Santana do Livramento	1
Engenharia de Alimentos	Bagé	1	Ciências Humanas/ Ciência Política	São Borja	1
Engenharia Ambiental e Sanitária	Caçapava do Sul	1	Letras/Literatura	Bagé	1
Direito	Santana do Livramento	1	Biologia/Ciências da Natureza/Medicina Veterinária	Dom Pedrito	1
Administração/Engenharia Florestal/Gestão Ambiental/Engenharia Agrícola/Agronegócios/Agronomia	São Gabriel	1	Nutrição	Itaqui	1
Física	Caçapava do Sul	1	Ciências Biológicas/Ciências da Saúde	São Gabriel	1
Relações Internacionais	Santana do Livramento	1	Enfermagem	Uruguaiana	1
Cartografia	São Gabriel	1	Ciências da Computação/Engenharia de Software/ Sistema de Informações	Alegrete	1
Medicina Veterinária	Uruguaiana	1	Pedagogia	Jaguarão	1

	Farmácia	Uruguaiana	1
	Educação Musical: Flauta Doce	Bagé	1
	Economia Internacional e Regional	Santana do Livramento	1
	Estágio Supervisionado em Fisioterapia (Área Ambulatorial e Hospitalar	Uruguaiana	1
	Medicina Veterinária / Reprodução Animal	Uruguaiana	1

Fonte: Sistematização do autor, 2021.

Percebe-se que no ano de 2020 nos campi universitários apresentados no quadro acima, houveram poucas aberturas para contrato de professores substitutos. Sendo que, além das poucas vagas ofertadas por campus, e por área, teve também o impedimento da realização de concursos públicos nas Instituições de Ensino Superior.

Nota-se que no ano de 2021, muitos dos editais que foram publicados pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, foram uma retificação, ou seja, disponibilizaram editais que já haviam sido publicados no ano de 2020, porém, devido o bloqueio do MEC na contratação de docentes e técnicos não foi possível a realização de concursos para aquele ano.

Nesse sentido, além das poucas vagas ofertadas por curso, é visível também quais campus possuem uma realização de processo seletivo simplificado para contratação de professores substitutos com uma certa frequência, sendo que, no ano de 2020, como por exemplo, o Campus de Santana do Livramento realizou 3 (três) processos seletivos, por conseguinte, Caçapava do Sul, São Gabriel e Bagé, cujo realizaram 2 (dois) processos seletivos cada.

No ano de 2021, além dos editais que foram publicados em 2020, e voltaram a ser publicados em 2021, devido o bloqueio feito pelo MEC, é possível perceber que não houve aumento de vagas para contratação de docentes substitutos, sendo que, os campi que mais tiveram privilégios na realização de processos seletivos simplificados, no referido ano, foram: Uruguaiana, com 4 (quatro) editais em diferentes áreas/cursos; Santana do Livramento; Bagé; Itaqui; Dom Pedrito; e São

Borja, ficando assim, cada campus com 2 (dois) editais para contratação de pessoal do magistério superior por tempo determinado.

Vale ressaltar que os campi que mais realizaram processos simplificados para contratação de docentes substitutos/as, como os mencionados acima, são em áreas ou cursos distintos, de forma que em cada curso constante nos editais não houveram número superior a 1 (uma) vaga por área. Ainda, pode-se afirmar, com base nos documentos investigados que alguns campi, como pode ser observado no quadro, tiveram mais de 3 (três) editais publicados para suprir a necessidade da falta de docentes efetivos.

### **5.3 As normativas do MEC; contratação de substituto sob a égide da Lei 8.745 de 1993, bem como sua remuneração**

O MEC por meio da Portaria nº 1.469, de 22 de agosto de 2019, em seu artigo 2º, torna nulos dentro dos trâmites legais “[...] os atos referentes às despesas de pessoal e encargos sociais que forem praticados pelas Instituições Federais de Ensino [...]” (MEC, Portaria nº 1.469, 2019, p. 1).

Para concretizar o desmonte na educação pública, no ano de 2020, foi publicado o Ofício Circular nº 1/2020, que assegura as determinações do Ministério da Educação, presentes na referida portaria citada anteriormente. Contudo, o Ofício nº 1/2020, deixa claro para o entendimento de todos, que não estão autorizados a contratação de profissionais do magistério superior nas universidades federais, e para o pessoal do quadro técnico, no referido ano. De modo que, caso ocorresse a contratação de professores/as ou técnico-administrativos, além de se tornarem nulos de pleno direito, os responsáveis em ofertar vagas sofreriam sanções impostas pelo Ministério da Educação.

Os marcos legais que amparam a contratação de docentes temporários para suprir a necessidade excepcional de interesse público, estão presentes na Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado para atender aos interesses da Administração Pública direta. Sobretudo, um dos fatores considerados necessidades temporárias de excepcional interesse público, em seu artigo 2º, e em seu parágrafo § 1º é a contratação de professor substituto para suprir a falta de docente efetivo em razão de: “I – vacância do cargo; II – afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou III – nomeação

para ocupar cargo de direção de diretor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de *campus*.” (BRASIL, Lei 8.745, 1993, p. 1).

Percebe-se que são fundamentos jurídicos que legalizam de forma constitucional a desvalorização do trabalho docente dentro das Universidades Federais, porque na ausência de professores efetivos oportunizam uma situação para sucatear e desmontar o trabalho docente. São leis que legitimam e tiram a obrigação do Estado de abrirem concursos públicos para o quadro de pessoal do magistério superior efetivo. Instrumento que serve para atender à necessidade excepcional de interesse público para contratação por tempo determinado, não pode, jamais se tornar uma ferramenta única para contratar pessoas para suprir a falta de professores efetivos.

O professor substituto possui uma carga-horária elevada para atender à necessidade da instituição pública superior, sendo que no artigo 2º, em seu parágrafo § X, é evidente que a carga-horária semanal para a “[...] contratação dos professores substitutos fica limitada ao regime de trabalho de 20 (vinte) horas ou 40 (quarenta) horas.”. (BRASIL, Lei 8.745, 1993, p. 2). Não é à toa que os docentes substitutos se sentem sobrecarregados de tarefas para fazer em suas casas/campus, seja em dias úteis ou final de semana, como forma de superar os desafios que cercam a docência.

Lembrando que, a contratação não depende somente da instituição superior, na ausência ou necessidade de professores/as, mas, de uma série de pré-requisitos para que o processo seletivo simplificado seja realizado, como por exemplo:

Art. 5º As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministro de Estado sob cuja supervisão se encontrar o órgão ou entidade contratante, conforme estabelecido em regulamento. (BRASIL, Lei 8.745, 1993, p. 4).

Nesse contexto, pode-se dizer que são elementos jurídicos que se fundamentam dentro do campo do direito, para limitar de forma implícita a autonomia das universidades federais. Como exemplo, o ocorrido no ano de 2020, tanto presente no Ofício Circular nº 1/2020, quanto na Portaria nº 1.469, 2019, documentos do Ministério da Educação – MEC, enviados para as Instituições de Ensino Superior que proíbem a contratação de professores e técnicos-administrativos. Isso possibilita a realização de um novo processo seletivo, de modo

que qualquer contratação sem prévia autorização seria anulada em pleno direito, sem o prejuízo de medidas cabíveis aos responsáveis.

No que concerne a remuneração do profissional substituto/a dentro das instituições públicas federais, não ficam claros os valores na Lei 8.745/93, pois, em seu artigo 7º onde há a fixação da remuneração do pessoal contratado, não há uma especificação sobre seu vencimento. Deixando evidente, em seu inciso I, no mesmo artigo e lei, que o salário do docente substituto/a será “[...] não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de Carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante.” (BRASIL, Lei 8.745, 1993, p. 12).

Nesse sentido, cabe destacar o que não é permitido ao pessoal contratado por tempo determinado, em seus incisos II e III do artigo 9º desta Lei. Segundo a normativa, o professor/a substituto/a não poderá ser nomeado ou designado, mesmo que seja a título precário, tampouco exercer atividade em cargo de comissão ou função de confiança. Do mesmo modo, não poderá ser contratado novamente, sem antes de decorridos 2 (dois) anos do fechamento do contrato anterior, exceto nos casos de emergências ou calamidades públicas e de catástrofes ambientais, é claro, sob prévia autorização.

O professor/a substituto/a é um sujeito produtor de conhecimento, mas, que se torna alvo fácil das armadilhas do Estado e do capitalismo na sua versão neoliberal. As armadilhas impostas pelo Estado e pelo neoliberalismo, asseguradas e fundamentadas pelos valores legais da Lei 8.745/93, são uma forma de legalizar e manter a desvalorização do docente substituto/a dentro das instituições federais. Um mecanismo para atender à necessidade excepcional de interesse público, em casos emergenciais, perpetua-se na sociedade contemporânea como instrumento único para contratar pessoal por tempo determinado, e evitar a realização de concurso público para docentes efetivos/as.

Fica visível tamanha desvalorização do magistério superior quando uma universidade precisa realizar processo seletivo simplificado, para contratação de pessoal do quadro substituto. Há um processo institucionalizado de perda de direitos, de desvalorização do trabalho docente nas universidades, em especial, os direitos dos professores/as substitutos/as. Acredita-se, dentre os benefícios constantes na referida Lei, cujos não são muitos, em seu artigo 16º é assegurado o

tempo de serviço realizado em virtude de contratação, ou seja, o tempo de exercício será contado para todos os efeitos.

Na mesma perspectiva, ao analisar o Regimento Geral – Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010, da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, fica claro que ocorre uma desvalorização do docente substituto/a, sendo que não na normativa nada que trate diretamente do profissional que presta serviço por tempo determinado. No que tange às competências das Comissões locais de Ensino dos Campi, na subseção III – da competência, em seu inciso VII – é possível afirmar que há apenas uma menção de “definir a necessidade de contratação do professor substituto, encaminhando o processo para o Conselho do Campus;” (BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 5, 2010, p. 24).

No Estatuto da Universidade mencionado anteriormente, constatou-se que o documento não faz nenhuma referência ao profissional do magistério superior que presta serviço temporário. Nota-se também, que em seus documentos, como em seu Regimento e Estatuto, o professor/a substituto/a não aparece como profissional pertencente à Instituição Superior de Ensino. Fica evidente que o que assegura a contratação do docente substituto, além da Lei 8.745/93, são os contratos de trabalho e, posteriormente, a recente Resolução nº 117, de 22 de outubro de 2015, aprovada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Pampa. Cabe destacar, que na Resolução de nº 117, de 2015, o documento traz elementos de como o processo seletivo simplificado deve ocorrer, são formas que normatizam a contratação do professor substituto ou temporário, mas, que não se preocupa em trazer direitos que beneficie o prestador de serviço substituto. O documento é, praticamente, um modelo de um edital sem ter sido publicado ainda, pois aborda elementos de como vão funcionar as etapas do processo, como por exemplo, descrição da titulação do candidato; pontuação; ficha de inscrição; termo de comprovação de títulos/graduação; termo de desistência do contrato. Portanto, são características com fins informativos, sustentados pela Lei 8.745/93, mas que não garante a valorização do trabalho docente temporário.

No que concerne à remuneração do professor substituto, carga-horária, regime de trabalho e outros elementos pertinentes que comprovam a desvalorização do profissional do Magistério Superior, buscou-se entender tamanha desvalorização através do contrato por tempo determinado – professor substituto da Universidade Federal do Pampa. É possível afirmar que o docente substituto é contratado para

exercer somente atividade de ensino dentro da Instituição de Ensino Superior. O Contrato feito entre a universidade e o professor substituto, em sua cláusula primeira, afirma que “[...] a contratação de Professor Substituto, em regime de **20 horas semanais**, dedicadas, exclusivamente, às atividades de ensino, de acordo com as disposições legais, estatutárias e regimentais, [...]”. (CONTRATO, 2016, p. 1). Compreende-se que o docente temporário caminha na contramão do alicerce fundamental que mantém a construção do conhecimento dentro das universidades, cujo alicerce é colocado por Chauí (2000), a qual afirma que o tripé da universidade pública para construção do conhecimento científico é a pesquisa, ensino e extensão. No momento em que o professor substituto executa exclusivamente o ensino, perde-se então dois princípios importantes na construção de seu conhecimento e na transmissão dele para formação de cidadãos. O docente temporário pode realizar um ótimo trabalho, mas, não possui o direito de executar sua função com qualidade e com os três princípios fundamentais do Ensino Superior, que além do ensino contemplam a pesquisa e extensão.

Em sua cláusula segunda, além de o contratado cumprir sua carga-horária com pontualidade, assiduidade, presteza, eficiência e zelo, deve também, como consta em sua alínea a) “exercer, com exatidão, pontualidade e assiduidade, as atividades acadêmicas de ensino que visem à aprendizagem, à produção de conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura; (CONTRATO, 2016, p. 1).

O valor da remuneração do professor substituto não é fixado na Lei 8.745/93, e não há especificação sobre os valores por titulações. Ao analisar o contrato de um docente substituto, com início do exercício em dezembro de 2016 à dezembro de 2017, sendo renovado por mais um ano, percebeu-se que sua remuneração como mestre, não atingiu os R\$ 3.000,00 (três mil reais) por mês, sendo que, a universidade contratante, neste caso, a Universidade Federal do Pampa, deve “[...] pagar a remuneração mensal de **R\$ 2.636,21** (dois mil seiscentos e trinta e seis reais com vinte e um centavos), equivalente ao Vencimento Básico e Retribuição por Titulação – RT de Mestrado correspondente à Professor Assistente [...]”. (Contrato, 2016, p. 1). Além da remuneração mencionada anteriormente, o Professor Assistente A, Classe A, Nível 1, recebe o valor correspondente ao auxílio alimentação de R\$ 229,00 (duzentos e vinte e nove reais).

Cabe salientar que o docente substituto não possui plano de saúde ou sequer outro auxílio para custear problemas de saúde própria ou doenças na família. Como pode-se perceber, o profissional que trabalha por tempo determinado ganha pouco mais de R\$ 2.865,21 (dois mil oitocentos e sessenta e cinco reais com vinte e um centavos), mensal, somando a remuneração com o auxílio alimentação.

O professor substituto, para que possamos compreender, não ensina sem pesquisa e extensão, no ato em que planeja sua aula está pesquisando, buscando formas de como melhorar suas aulas e metodologias para melhor atender o alunado, da mesma forma, quando participa de eventos, simpósios e publica trabalhos, está participando de atividades de extensão. Mas, dentro da Instituição de Ensino Superior é reconhecido e remunerado somente por exercer, exclusivamente, a atividade de ensino.

Portanto, compreende-se, que a desvalorização do docente substituto dentro das Instituições Públicas de Ensino Superior, é cometida de forma legal e sob a égide da Lei 8.745/93. É um instrumento constitucional que permite a extinção de direitos trabalhistas, como é o caso da própria Lei, em seu artigo 12º, que exclui do contratado o direito a indenizações.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral compreender os aspectos da desvalorização do docente substituto dentro das instituições de ensino superior, com vista para o entendimento da situação precária de trabalho e seus efeitos na sociedade contemporânea. Devido à crise causada pela pandemia do Covid-19, não foi possível realizar entrevista ou aplicação de questionários com os docentes substitutos, porém, acredita-se que o estudo realizado atendeu os objetivos da pesquisa.

Para basear a análise dos dados contidos, foi preciso a busca em materiais bibliográficos, trazendo conceitos e dados com finalidade de enriquecer o tema abordado e como forma de comprovar que as informações obtidas são verdadeiras. Também houve a necessidade da busca em documentos como a Lei 8.745/93, que dispõe sobre a contratação temporária; normativa da Unipampa sobre o trabalho docente; Portaria do MEC; Contrato de docente temporário; Editais abertos para contratação de substituto na Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Por meio deste estudo, percebeu-se que investigar o trabalho docente temporário é difícil pela dificuldade em conseguir materiais que abordam diretamente o assunto. Tendo, somente, a Lei 8.745/93 que fala sobre a legalidade da contratação do pessoal substituto, as normativas ou portarias da universidade não mencionam o professor substituto como parte integrante do quadro de funcionários, trata apenas sobre a contratação, conforme cláusulas da lei mencionada.

Sobretudo, o contrato utilizado como prova da precarização do trabalho docente substituto e da desvalorização do mesmo, corresponde ao de um professor com regime de trabalho de 20h (vinte horas), semanais. Sendo, de um docente com titulação de mestre, pertencente a Classe A, Nível 1, de modo, claramente que um educador temporário tem um salário enxuto para atender às necessidades do Estado, bem como aceitar as condições precárias de trabalho legalizada sob a égide da Lei 8.745/93.

A realização deste estudo foi de grande valia para o conhecimento de todos, pois, as informações obtidas comprovam que existe a desvalorização do corpo docente substituto dentro das Instituições de Ensino Superior, mostra-se que o professor efetivo possui seus direitos trabalhistas garantidos, como apoio a plano de

saúde e de carreira, enquanto, o professor substituto não possui nenhum benefício, além de sua remuneração de acordo com sua titulação.

Nesse sentido, afirma-se que a pesquisa atendeu o objeto de estudo e contribuiu para o entendimento dos fenômenos que cercam a educação superior e as condições precarizadas do trabalho docente substituto, bem como possibilitou compreender as alterações nas relações de trabalho, na sociedade contemporânea.

Compreende-se a importância da chegada da educação superior no Brasil, em 1808, pois através dela, sucedeu-se as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais. Por isso, salienta-se a importância da luta para que a educação superior caia nas armadilhas da política neoliberal.

É nessa lógica banal do modelo econômico que o sujeito se insere nas entrelinhas da política neoliberal, acreditando que o processo de formação deve ser rápido para que alcance seus objetivos. Direitos sociais se rompem nessa conjuntura econômica, produtivista, movida pela lógica do estado mínimo e pela ausência de uma educação capaz de desenvolver a crítica social.

Nesse aspecto, convencidos de que é possível chegar a grandes objetivos através do esforço e do trabalho duro, o sujeito se submete a condições precárias de trabalho, sob regime de contrato temporário para superar os desafios ou crises que o novo liberalismo alega existir. Dando-lhes espaço para privatização, acumulação flexível, sucateamento no sistema educacional e abertura para novos empregos sem direitos trabalhistas.

O saber docente não pode, de forma alguma, ser banalizado, sendo que o professor possui, além das experiências cotidianas, habilidades e competências específicas para contribuir no processo de crescimento e evolução dos seus alunos. Há um grande desafio na profissão docente, porque o mesmo precisa dominar habilidades para que os objetivos do ensino e aprendizagem sejam alcançados, bem como, competências para elaboração e aplicação das aulas e responsabilidade com a formação do sujeito.

Percebe-se que o trabalho docente vem sofrendo por causa do avanço da precarização dentro das instituições de ensino superior, mecanismo que insere o profissional do magistério numa lógica mercadológica e produtivista. O educador se torna alvo das armadilhas que cercam a educação, como trabalho temporário, movida por uma política de sucateamento e flexibilização econômica

É nessa lógica, 'desumana', que se legaliza a contratação do professor substituto, sob as expressões explícitas da precarização do trabalho, assegurada pela Lei 8.745/93, que dispõe sobre a contratação de pessoal para atender à necessidade do Estado, de forma temporária. Compreende-se, portanto, que são alternativas legais que o Estado encontrou para acabar com direitos trabalhistas e não investir mais na contratação de docentes efetivos, tampouco na realização de concursos públicos. Novas possibilidades de aprofundamento e investigação emergem desta pesquisa, no que tange à precarização do trabalho docente.

## REFERÊNCIAS

ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **Ofício do MEC reafirma proibição para contratação de docentes e técnicos nas IFE.** 2020. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/portaria-do-mec-reafirma-proibicao-para-contratacao-de-docentes-e-tecnicos-nas-ife1>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo; BAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.** São Paulo: Boitempo, 2009, p. 231-238.

APPLE, M. W. **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos;** Ed Boitempo; SP; SP; 1997.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção do conhecimento científico.** São Paulo: Atlas, 2004.

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica:** descubra como é fácil e agradável elaborar trabalhos acadêmicos. 10. ed. rev. atual. São Paulo: Hagnos, 2001.

BARATTO, Samuel da Silva. **O Professor Substituto:** Repercussões Na Formação Inicial Docente – Um Estudo De Caso. Dissertação de Mestrado (Mestre em Educação) - Universidade Federal De Santa Maria Centro De Educação Programa De Pós-Graduação Em Educação. Santa Maria, RS. p. 202. 2010.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

\_\_\_\_\_. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BERMÚDEZ, Ana Carla. **MEC segura quase 20 mil contratações, e federais temem falta de professores.** Do UOL, São Paulo. 06/02/2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/02/06/mec-segura-quase-20-mil-contratacoes-e-federais-temem-falta-dedocentes.htm?cmpid>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BERMÚDEZ, Ana Carla; MADEIRO, Carlos. **Apesar de ofício do MEC, UFBA mantém contratação de professores.** Do UOL, em São Paulo e colaboração para o UOL, em Maceió. 18/02/2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/02/18/apesar-de-oficio-do-mec-ufba-mantem-contratacao-de-professores.htm>. Acesso em: 12 maio. 2021.

BORGES, Guilherme Sousa, ANJOS, José Humberto Rodrigues dos. **A eventualidade no magistério do ensino superior: uma reflexão a respeito da proletarianização do trabalho docente.** Google acadêmico, Revista Interação Interdisciplinar v. 03, nº. 01, p.83-96, Jan - Jul. 2018. Disponível em: <http://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/interacao/article/view/350> Acesso em: 25 abr. 2021.

Bourdieu, P. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

\_\_\_\_\_. **O Campo Científico**. In: Ortiz, R. (Org.), *A Sociologia de Pierre Bourdieu* (pp. 122-155). São Paulo, SP: Ática, 1994.

BRASIL, Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Presidência da República. Brasília, DF: Diário Oficial da União de 25.04.2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº 5.773, de 09 de Maio de 2006**. Brasília: 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm). Acesso em: 01 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público**, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8745cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8745cons.htm). Acesso em: 03 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm) Acesso em: 27 maio. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal do Pampa. **Editais de Processos Simplificados para Professores Substitutos**. Disponível em: [https://unipampa.edu.br/portal/t\\_edital?page=24](https://unipampa.edu.br/portal/t_edital?page=24). Acesso em: 31 maio. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal do Pampa. **Edital nº 285/2021 de Processos Simplificados para Professores Substitutos**. Disponível em: [https://unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/documentos/edital\\_285-2021\\_edital\\_de\\_abertura\\_de\\_processo\\_seletivo\\_simplificado\\_para\\_professor\\_substituto.pdf](https://unipampa.edu.br/portal/sites/default/files/documentos/edital_285-2021_edital_de_abertura_de_processo_seletivo_simplificado_para_professor_substituto.pdf)>. Acesso em: 02 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **OFÍCIO-CIRCULAR Nº 1/2020/CGRH/DIFES/SESU/SESU-MEC**. Brasília, 08 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://edoc.ufam.edu.br/bitstream/123456789/2857/1/Ofi%cc%81cio%20Circular%20n%c2%ba%201-2020.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.469, de 22 de agosto de 2019**. O Ministro de Estado da Educação, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal. Disponível em: <<https://www.andes.org.br/diretorios/files/Arquivos/renata/portaria%201469.pdf>>. Acesso em: 21/04/2021.

\_\_\_\_\_. **Resolução 196/96** de 10 de outubro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Conselho Nacional de Saúde, Brasília, DF, 10 de out. de 1996. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/docs/Reso196.doc>. Acesso em: 27 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 510**, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde. Diário Oficial da União 2016; 7 abr.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 117, de 22 de outubro de 2015, do Conselho Universitário da Universidade Federal do Pampa, dispõe sobre **Normas para a realização de processos seletivos simplificados destinados à contratação de professor substituto ou temporário**. Disponível em: [https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2015/10/res--117\\_2015-processo-seletivo-contratacao-de-professor-substituto-ou-temporario.pdf](https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2015/10/res--117_2015-processo-seletivo-contratacao-de-professor-substituto-ou-temporario.pdf). Acesso em: 02 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2010. Do Conselho Universitário da Universidade Federal do Pampa, dispõe sobre o **Regimento geral da universidade**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **ESTATUTO** Título I, da Universidade Federal do Pampa, 2017. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/estatuto-nova-versaodocx.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2021.

CARNEIRO, Priscila Oliveira, **ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E O TRABALHO DOCENTE**. Revista Encontro de Pesquisa em Educação. 2013 Disponível em: [https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=ENSINO+SUPERIOR+NO+BRASIL+E+O+TRABALHO+DO+CENTE+2013&btnG=](https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=ENSINO+SUPERIOR+NO+BRASIL+E+O+TRABALHO+DO+CENTE+2013&btnG=) Acesso em: 02 jul. 2020.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena; **Ideologia neoliberal e universidade**: in Os sentidos da democracia, políticas do dissenso e hegemonia global; RJ, FAPESP, 2000.

CONTRATO por tempo determinado – **PROFESSOR SUBSTITUTO**. Universidade Federal do Pampa. Bagé/RS. 2016.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais** (8a ed.). São Paulo: Cortez, 2006.

DEMO, Pedro, 1941 – **Praticar ciência : metodologias do conhecimento científico/** Pedro Demo. – São Paulo : Saraiva, 2011.

\_\_\_\_\_. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2013.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DRUCK, Graça. **Flexibilização e precarização**: formas contemporâneas de dominação do trabalho. Caderno CRH, Salvador: jul./dez. 2002. p.11-22.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e educação**: manual do usuário. In: SILVA, T. T. da & GENTILI, P. (Orgs.). **Escola S.A.**: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília, DF: CNTE, p. 9-49. 1996.

\_\_\_\_\_. (org); **Universidades na penumbra, neoliberalismo e reestruturação universitária**; Ed Cortez; SP; SP; 2001.

\_\_\_\_\_. **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais**. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnica de pesquisa social**/ Antônio Carlos Gil. 6ª ed. - São Paulo: Atlas,2008.

\_\_\_\_\_. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

GUINDANI, Evandro Ricardo. **O processo de produção de conhecimento nos PPGs de teologia [tese]** : da institucionalização à inserção no sistema Capes / Evandro Ricardo Guindani ; orientador, Lucídio Bianchetti. – Florianópolis, SC, 2011.

HARVEY, David: **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo, Loyola, 1992.

JÚNIOR, Antonio Germano Magalhães. CAVAINAC, Mônica Duarte. **Formação de professores**: limites e desafios na educação superior. Cad. Pesqui. vol. 48 no. 169 São Paulo Jul/setembro de 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010015742018000300902&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742018000300902&lang=pt). Acesso em: 12 abr. 2021.

JUNIOR, E. B. OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O; L. SCHNEKENBERG, G. F. **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51/2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2356> Acesso em: 08 set. 2021.

KOGA, Yáscara Michele Neves; GUINDANI, Evandro Ricardo. **A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA DIANTE DOS DETERMINISMOS ECONÔMICOS**. Revista CAMINE: Caminhos da Educação, Franca, São Paulo, v. 8, n. 2, 2016. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1903>. Acesso em: 10 jun. 2021.

KUENZER, A. **Exclusão includente e inclusão excludente**: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e**

educação. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

LACERDA, Lilian dos Santos. **Trabalho Docente na Sociedade Administrada**. XV Congresso Nacional De Educação, 2017, Paraná/PR. PUCPR -EDUCERE, 2017 Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26299\\_14217.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26299_14217.pdf) Acesso em: 24 mar. 2021.

LEMOS, D. **Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições**. Cad. CRH. Salvador, v.24, n.spe1, p.105-120, 2011. Disponível em: [https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt=2005&scioldt=0%2C5&cites=9554812638173186677&scipsc=&q=TRABALHO+DOCENTE+NAS+UNIVERSIDADES+FEDERAIS%3A+tens%C3%B5es+e+contradi%C3%A7%C3%B5es&btnG=](https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as_sdt=2005&scioldt=0%2C5&cites=9554812638173186677&scipsc=&q=TRABALHO+DOCENTE+NAS+UNIVERSIDADES+FEDERAIS%3A+tens%C3%B5es+e+contradi%C3%A7%C3%B5es&btnG=). Acesso em: 01 jan. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. (Org). **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003. Coleção Docência em Formação.

\_\_\_\_\_. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. 10º ed. São Paulo, Cortez, 2012.

LOURENÇÃO, Fernanda G. **Professores temporários e o trabalho docente**. In: Seminários de Pesquisa em Ciências Humanas (SEPECH), v. 8, 2010. Disponível em: [https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt=0%2C5&q=PROFESSORES+TEMPOR%C3%81RIOS+E+O+TRABALHO+DOCENTE+&btnG=](https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=PROFESSORES+TEMPOR%C3%81RIOS+E+O+TRABALHO+DOCENTE+&btnG=) Acesso em: 10 jan. 2021.

MANCIBO, Deise; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. **Trabalho docente: uma análise das práticas intelectuais em tempos de globalização**. In: Dourado, Luiz F.; Catani, Afrânio M.; Oliveira, João F. de (Org.): **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo, Xamã; Goiânia, Alternativa, 2003. p. 191-204.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. **Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais**. Acta Cirúrgica Brasileira, vol.17, suppl. 3, São Paulo, 2002.

MARTINS, M. da C.R. DAMASCENO, A. D. SOBRAL, K. M. SILVA, E. A. da SILVA, L. R. C. da. **Professores Temporários: Uma Nova Perspectiva Para O Mercado Da Educação**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia-PUCPR, 2009. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3141\\_1913.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3141_1913.pdf) > Acesso em: 13 mar. 2021.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I. 29 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MASCARENHAS, A. C. B. (Org.). Educação, trabalho e política: uma relação inevitável. In: MASCARENHAS, A. C. B. **Educação e trabalho na sociedade capitalista** – reprodução e contraposição. Goiânia: UCG, 2005.

MAUÉS, Olgaíses Cabral. A agenda da OCDE para a educação: a formação do professor. In: CECÍLIO, Sálua; FALCONE, Dirce Maria Garcia. (Org.s). **Formação e profissão docente em tempos digitais**. Campinas, Alínea, 2009. p. 15-39.

MELLO, Fabio Mansano de, **Notas sobre a desqualificação do trabalho docente**; Revista mediações; 2006; vol 11; nº 1.

MENDES, A. M. Conflitos de Relacionamento no Trabalho. **III Seminário de Gestão da Ética nas Empresas Estatais**. Disponível em: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/empresa/etica/conflitos\\_de\\_relacionamento\\_no\\_trabalho.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/etica/conflitos_de_relacionamento_no_trabalho.pdf). 2007. Acesso em: 04 jun. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. A formação de professores na universidade e a qualidade da escola fundamental. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (org.). **Conhecimento educacional e formação do professor: questões atuais**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

NOSELLA, Paolo. Ética e pesquisa. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 255-273, jan./abr., 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a1329102.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

NÓVOA, A. 1955. **Vida de professores**. Porto Alegre, 214 p.

OLIVEIRA, A. D. S. D., de Souza Pereira, M., & de Lima, L. M. (2017). **Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras**. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 21 (3), Número 3; 609-619. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/V3Twyq9cC536hK6PyGqhQBQ/>. Acesso em: 03 abr. 2021.

PIOVEZAN, P. R.; DEL RI, N. M. **A precarização do trabalho docente em Portugal**. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, SP, Brasil. Vol. 22, nº 4. 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2018.224.02>. Acesso em: 15 mar. 2021.

PITHAN, Livia Haygert; OLIVEIRA, Alice Pacheco. Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas. **Revista da AMRIGS**, Porto Alegre, v.57, n.3, p.240-245, jul./set., 2013. Disponível em: <http://www.amrigs.com.br/revista/57-03/1250.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2020.

ROCHA, Antonia Rozimar Machado e. Neoliberalismo em Educação: a mercantilização do ensino na vertente do Capital - Cavalcante, Marina Dias (et al) In:

**Pesquisa em educação na UECE: um caminho em Construção** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

ROSENFELD, C.L. 2011. Trabalho docente e precarização. **Tempo Social**, São Paulo, 23(1):247-268. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100012>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SANT'ANNA, Chico. **MEC proíbe universidades de contratar professores em 2020**. APUFSC – Sindical - Sindicato dos Professores das Universidades Federais de Santa Catarina. 16/01/2020. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2020/01/16/mec-proibe-universidades-de-contratar-professores-em-2020/>. Acesso em: 10 maio 2021.

SANTOS, Sheila. D. M. dos. **A precarização do trabalho docente no Ensino Superior**: dos impasses às possibilidades de mudanças. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 46, p. 229-244, out./dez. 2012. Editora UFPR – Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40602012000400016&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000400016&lang=pt). Acesso em: 28 jan. 2021.

SAVIANI, D. **O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias**. 2015. p. 01-15.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder/ Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Solange Lopes da, RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos e MACHADO, Brenda Barros. **“A gente está sempre com a guilhotina no pescoço”**: precariedade e violência no trabalho docente. Google acadêmico, São Luís, Maranhão, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/37657>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SILVA, Solonildo Almeida da.; SILVA, Simone César da - Trabalho docente e precarização do ensino superior no Ceará. Org.: JIMENEZ, Susana Vasconcelos (et al) **Contra o pragmatismo e a favor da Filosofia da Práxis: uma coletânea de estudos classistas**. Fortaleza-CE- EdUECE, 2007.

SILVA, Solonildo Almeida: **O caminho lato sensu da precarização do trabalho docente universitário na UECE**. Dissertação (Mestrado). 104 f. 2005. Curso de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade do Centro de Humanidades e Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, 2005.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TEIXEIRA, Enise Barth. **A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais**. Periódico: Desenvolvimento em Questão, vol. 1, nº. 2, p.177-201, 2003.

TONET, Ivo: Universidade pública: o sentido da nossa luta. In: \_\_\_\_\_. **Educação contra o capital**. Maceió, EDUFAL, 2007. p. 87-93.

TUMOLO, Paulo Sergio: **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação produtiva capitalista**. Campinas, Ed. da Unicamp, 2002.

TUNDIS, A. G. O. MONTEIRO, J. K. SANTOS, A. S dos. & DALENOGARE, F. S. **Estratégias de Mediação no Trabalho Docente: Um Estudo em uma Universidade Pública na Amazônia**. Educação em Revista, Belo Horizonte v.34. e172435, 2018 – Disponível em: <https://search.scielo.org/?lang=pt&count=15&from=0&output=site&sort=&format=summary&fb=&page=1&q=ESTRAT%C3%89GIAS+DE+MEDIA%C3%87%C3%83O+NO+TRABALHO+DOCENTE%3A+UM+ESTUDO+EM+UMA+UNIVERSIDADE+P%C3%9ABLICA+NA+AMAZ%C3%94NIA+>. Acesso em: 25 maio 2021.

VAZ, J. D'arc; FAVARO, N. A. L. G. Os desafios do trabalho docente na sociedade capitalista. In: **Travessias**, v. 4, n. 1 2010, p. 504-525.

VIEIRA, Renata de Almeida. MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **Repercussões da Acumulação Flexível no Campo Educacional: O Professor Temporário em Questão**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 156-169, abr 2011. Disponível em: [https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt=0%2C5&q=REPERCUSS%C3%95ES+DA+ACUMULA%C3%87%C3%83O+FLEX%C3%8DVEL+NO+CAMPO+EDUCACIONAL%3A+O+PROFESSOR+TEMPOR%C3%81RIO+EM+QUEST%C3%83O+&btnG=](https://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=REPERCUSS%C3%95ES+DA+ACUMULA%C3%87%C3%83O+FLEX%C3%8DVEL+NO+CAMPO+EDUCACIONAL%3A+O+PROFESSOR+TEMPOR%C3%81RIO+EM+QUEST%C3%83O+&btnG=). Acesso em: 20 mar. 2021.